



**Caio Rechuem Lopes Martinez**

**Arquitetura pétrea**  
O Outeiro da Glória no Rio de Janeiro  
em fragmentos sólidos e lacunares

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, PUC-Rio.

Orientadora: Prof. Ana Luiza Nobre

Rio de Janeiro  
Agosto de 2024



**Caio Rechuem Lopes Martinez**

**Arquitetura pétreia**  
**O Outeiro da Glória no Rio de Janeiro**  
**em fragmentos sólidos e lacunares**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof. Ana Luiza Nobre**

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

**Prof. Marcos Favero**

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

**Prof. Caio Carvalho Calafate**

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

**Prof. Bruno Capilé**

Gestão Integrada do Território – UNIVALE

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2024

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, do autor e do orientador.

## **Caio Rechuem Lopes Martinez**

É arquiteto e urbanista pela Universidade Santa Úrsula (2020). Teve seu trabalho final de graduação premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ) e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RJ), sendo publicado posteriormente como um ensaio na Revista cadernos de pesquisas da Escola da Cidade. Participou do grupo de pesquisa do projeto Atlas do Chão (DAU/PUC-Rio + IAU-USP), colaborando na publicação de "Atlas do chão: Constelação independente", finalista do Prêmio Jabuti acadêmico 2024. Tem experiência profissional em diferentes escalas e programas, colaborando com diversos escritórios.

### Ficha catalográfica

Martinez, Caio Rechuem Lopes

Arquitetura pétreia: o Outeiro da Glória no Rio de Janeiro em fragmentos sólidos e lacunares / Caio Rechuem Lopes Martinez ; orientadora: Ana Luiza Nobre. – 2024.

99 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2024.

Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo – Teses. 2. Extrativismo. 3. Mineraloceno. 4. Pedreiras. 5. Arquiteturas pétreas. 6. Rio de Janeiro. I. Nobre, Ana Luiza. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço à PUC-Rio e ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PPGArq), por disponibilizar a estrutura necessária e por me proporcionar tantos encontros.

A minha orientadora Ana Luiza Nobre, pela confiança e pelo interesse inspiradores, pelas cobranças e pelos afagos genuínos, pelas aulas nas sextas-feiras e por me apresentar tantas outras histórias.

A Marcos Favero, por ter aceitado participar de ambas as bancas, por seu tempo e seus comentários, mas, principalmente, pela didática irretocável.

A José Augusto Pádua, por sua inestimável participação na banca de qualificação, pelos comentários valiosos e pelos livros emprestados.

A Caio Calafate, por ter aceitado o convite para compor a banca de defesa e pela cumplicidade de sempre. Em grande medida, este trabalho é uma série de desdobramentos a partir daquilo que mapeamos durante a minha graduação.

A Bruno Capilé, por ter aceitado o convite para compor a banca de defesa, pelo interesse e pela disponibilidade.

A Kátia Mansur e a Soraya Almeida, pela generosidade em esclarecer algumas questões geológicas com as quais me deparei durante esse processo.

A meus amigos Ana e Bernardo, por me encontrarem de forma tão rara durante esse percurso. Obrigado por compartilharem o processo de suas pesquisas, por me incentivarem em meio à confusão de minha escrita e por todo o tempo que passamos juntos.

A meus colegas de trabalho, que, durante dois anos, foram compreensivos nas minhas ausências e cúmplices nas minhas fugas.

A todos aqueles que, de alguma forma e mesmo sem saber, contribuíram com esta pesquisa.

A minha mãe, meu tio e meu irmão por me apoiarem incondicionalmente.

A Viviane, por tudo.

Às pedras.

## Resumo

Martinez, Caio Rechuem Lopes; Nobre, Ana Luiza. **Arquitetura pétreia: o Outeiro da Glória no Rio de Janeiro em fragmentos sólidos e lacunares.** Rio de Janeiro, 2024. 99 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A pesquisa investiga as relações entre arquitetura e extrativismo pétreo no Rio de Janeiro, histórias de uma ascensão gradual que, após seu apogeu no século XIX, relatam o declínio desse longo protagonismo em relação a outras técnicas construtivas. Nesse sentido, o outeiro da Glória, sua igreja (c. 1730) e seu acesso (c. 1960), feito por rampas, escadas e platôs, são partes fundamentais do arco narrativo de uma *cidade-pedreira*. Manipular a composição humana-mineralógica desses fragmentos é imaginar uma reativação metamórfica capaz de pensar o chamado *Mineraloceno* para além dos minerais explorados como combustível ou metais preciosos. Em outras palavras, é colocar inúmeras *arquiteturas pétreas* no centro do espaço moderno-colonial nas Américas. A partir do tensionamento de seus fragmentos sólidos e lacunares, provocamos uma tradição arquitetônica que valoriza aquilo que é aparentemente eterno, que aposta exclusivamente no gigantismo da escalabilidade industrial e que se comunica por meio de uma materialidade alienada. Trata-se, portanto, de uma cartografia em tempo profundo, um entrelaçamento crítico e especulativo de ciclos geológicos e mineralógicos que, dentre outras coisas, tensionam o instrumento servil de um processo de dominação, extração e destruição em escala global, submisso à lógica capitalista e representado pela indústria da construção civil. Ao nos debruçarmos sobre esta matéria que participou ativamente da edificação de uma narrativa hegemônica sobre a cidade do Rio de Janeiro, podemos nos perguntar: quais outras histórias poderiam ser contadas a partir da pedra?

Palavras-chave: extrativismo; mineraloceno; pedreiras; arquiteturas pétreas; Rio de Janeiro.

## Abstract

Martinez, Caio Rechuem Lopes; Nobre, Ana Luiza. **Stone architecture: Glória hill in Rio de Janeiro in solid and fragmentary pieces.** Rio de Janeiro, 2024. 99 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The research investigates the relationships between architecture and stone extraction in Rio de Janeiro, stories of a gradual rise that, after its peak in the 19th century, report the decline of this long protagonism in relation to other construction techniques. In this sense, the Glória hill, its church (1730) and its access (1960), made by ramps, stairs and plateaus, are fundamental parts of the narrative arc of a *city-quarry*. Manipulate the human-mineralogical composition of these fragments also means to imagining a metamorphic reactivation capable of thinking about the so-called *Mineralocene* beyond the minerals exploited as fuel or precious metals. In other words, it is to place countless *stone architectures* at the center of the modern-colonial space in the Americas. By tensioning its solid and missing fragments, we provoke an architectural tradition that values what is apparently eternal, that bets exclusively on the gigantic scale of industrial scalability and that communicates through an alienated materiality. It is, therefore, a cartography in deep time, a critical and speculative intertwining of geological and mineralogical cycles that, among other things, tension the servile instrument of a process of domination, extraction and destruction on a global scale, submissive to capitalist logic and represented by the construction industry. When we look at this material that actively participated in the construction of a hegemonic narrative about the city of Rio de Janeiro, we can ask ourselves: what other stories could be told from stone?

Keywords: extractivism; mineralocene; quarries; stone architectures; Rio de Janeiro.

## **Sumário**

**1. Prólogo: gestos de um levante metamórfico** 14

**2. Introdução** 19

**3. Cidade-pedreira: arquitetura no *Mineraloceno*** 26

3.1 Entre a taipa de mão e o concreto armado 27

3.2 A matéria rochosa e o espaço moderno-colonial nas Américas 32

3.3 Arquiteturas pétreas no ciclo litológico da Terra 43

**4. Dobras antrópicas e geológicas de um outeiro na Glória** 51

4.1 Gruta em cantaria: as marcas do fincar simbólico de uma pedra 52

4.2 Vigília por entre os coruchéus: existe um medo arquitetônico? 62

4.3 Pedras de lastro: pórticos, púlpitos e lavabos 71

4.4 Platôs de demolições: ruínas de uma casa de pedra 83

**5. Considerações finais** 93

**6. Bibliografia e filmografia** 96

## **Lista de Figuras**

**Figura 1:** Frame do filme “Pedreira de São Diogo”. Leon Hirszman, 1962.

**Figura 2:** Cidade-pedreira: a manipulação da matéria na urbanização do Rio de Janeiro, TCC, Universidade Santa Úrsula. Caio Rechuem, 2020.

**Figura 3:** Frame do filme “Pedreira de São Diogo”. Leon Hirszman, 1962.

**Figura 4:** Cidade-pedreira: a manipulação da matéria na urbanização do Rio de Janeiro, TCC, Universidade Santa Úrsula. Caio Rechuem, 2020.

**Figura 5:** Cartografia especulativa dos fluxos extrativistas e geológicos de uma cidade-pedreira. Caio Rechuem, 2024.

**Figura 6:** Frame do filme “Lunacy”. Jan Švankmajer, 2005.

**Figura 7:** Corte de um bloco de rocha extraído de pedreira na ilha de Portland, na Inglaterra. J. Rhodes, 1930. Fonte: Acervo British Geological Survey.

**Figura 8:** Execução da armação de aço para a concretagem das cúpulas do congresso nacional. Marcel Gautherot, c. 1958. Fonte: Acervo IMS

**Figura 9:** “Moagem de cana”. Benedito Calixto, 1830. Fonte: Acervo Museu Paulista da USP.

**Figura 10:** “Mineração em Potosí”. Theodor de Bry, 1596.

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Theodoor\\_de\\_bry.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Theodoor_de_bry.jpg)

**Figura 11:** Perfil geológico do Arpoador ao Maracanã. Claudio Valeriano, 2007. Fonte: Imagem feita pelo autor a partir do original.

**Figura 12:** Reconstruções do mapa terrestre de acordo com a teoria da deriva continental em três tempos. Alfred Wegener, 1915. Fonte: Imagem feita pelo autor a partir do original.

**Figura 13:** Colagem interior da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, Caio Rechuem, 2024.

**Figura 14:** Colagem nicho em cantaria. Caio Rechuem, 2024.

**Figura 15:** Marco de fundação da Cidade do Rio de Janeiro, atualmente na igreja de São Sebastião dos Capuchinhos.

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marco\\_cidade\\_rio\\_janeiro.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marco_cidade_rio_janeiro.jpg)

**Figura 16:** “Vista da montanha do Corcovado e do bairro do Catete. Tomada da pedreira”. Johann Moritz Rugendas, 1835. Fonte: Coleção Brasiliana Itaú.

**Figura 17:** Colagem torre sineira e coruchéus. Caio Rechuem, 2024.

**Figura 18:** “Pedreira”. Jean-Baptiste Debret, 1834 – 1839. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

**Figura 19:** Colagem pórtico, púlpito e lavabo. Caio Rechuem, 2024.

**Figura 20:** Falha de Salvador dividindo a cidade alta e baixa. No canto inferior direito, a Basílica de Nossa Senhora de Conceição da Praia. Fonte: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/ap-arquitetos-associados-cerimonial-da-conceicao-da-praia-salvador/>

**Figura 21:** Praça Mouzinho de Albuquerque, 1940. Fonte: <https://gerador.eu/mouzinho-de-albuquerque-um-heroi-colonial-portugues-contestado/>

**Figura 22:** Ressaca e demolição parcial do enrocamento da Avenida Beira-Mar. Curiosos assistem ao redor do obelisco da Avenida Central. Carlos Bippus, c. 1921. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.

**Figura 23:** Pedestres em calçada à portuguesa no centro do Rio de Janeiro. A pintura sobre as pedras, quase apagada, se refere aos corpos assassinados na chacina da Candelária que ocorreu em 1993. Caio Rechuem, 2018.

**Figura 24:** Colagem acesso à Igreja do Outeiro. Caio Rechuem, 2024.

**Figura 25:** Desenhos de projeto do acesso ao outeiro. Lucio Costa, c. 1960. Fonte: Acervo Casa da Arquitectura.

**Figura 26:** Esquadria da ruína de uma das casas esquecidas na encosta do outeiro da Glória, parcialmente soterrada pelas movimentações de terra feitas durante a construção do acesso à igreja. Caio Rechuem, 2024.

**Figura 27:** Alicerce de antiga moradia (entre os sécs. XVIII e XIX) no Maciço da Pedra Branca. Fonte: OLIVEIRA, 2022, p. 57

**Figura 28:** Carvoaria feita em área plana. Percy Lau, 1966. Fonte: RIBEIRO DE OLIVEIRA; FRAGA, 2016

**Figura 29:** Tectônica 7 (detalhe). Cadu, 2022. Fonte: <https://galeriavermelho.com.br/exposicoes/bando-ou-hic-sunt-leones/>

*A nossa igreja, que fizemos, cai-nos, porque é de taipa de mão e palha; agora ajuntarei estes senhores mais honrados que nos ajudem a repará-la, até que Deus queira dar outra igreja mais dura.*

(Padre Manuel de Nobrega em carta enviada para Portugal, 1552)

*Até o concreto armado e o ferro, para se construir uma casa de pedra, cavavam-se largas valetas na terra e procurava-se um solo apto à construção de um alicerce.*

(Le Corbusier em conferência em Buenos Aires, 1929)

*Agora eu entendi de onde vieram os garimpeiros que foram fuçar a terra em que eu vivo.*

(Davi Kopenawa em visita a Acrópole de Atenas, 1989)



**Figura 1:** frame do filme “Pedreira de São Diogo”, Leon Hirszman, 1962.



**Figura 2:** “Cidade-pedreira: a manipulação da matéria na urbanização do Rio de Janeiro”, TCC, Universidade Santa Úrsula. Caio Rechuem, 2020.

## Prólogo: gestos de um levante metamórfico

Antes mesmo de se afirmarem como atos ou como ações, os levantes surgem dos psiquismos humanos como gestos: formas corporais. Sem dúvida alguma, são forças que nos sublevam, mas são formas que, antropologicamente falando, tornam perceptíveis, veiculam, orientam, implementam os levantes, tornando-os plásticos ou resistentes de acordo com as circunstâncias. [...] Gestos, porém, são feitos todos os dias, todo o tempo, sem sequer darmos conta disso. Gestos não se perdem — sejamos nós burgueses, proletários ou qualquer outra coisa —, assim como ninguém perde sua experiência ou seus desejos inconscientes.

(DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 301 - 302)

*Começo retomando um imaginário apresentado pelo curta-metragem "Pedreira de São Diogo", dirigido por Leon Hirszman como uma das partes de "Cinco Vezes Favela", filme de 1962. Tal pedreira, hoje desativada e praticamente esgotada, fez parte de um grande complexo extrativista que se desenvolveu no entorno do Morro da Conceição, no Rio de Janeiro, estendendo-se também pelos Morros de São Bento, Providência, Livramento e do Pinto, todos na região central da cidade. Para tanto, descrevo as cenas que, a meu ver, delimitam uma forma estética de conscientização política e crítica que, apesar de certa ingenuidade perante a então capacidade de mobilização de uma classe trabalhadora, acaba por produzir — mesmo que inconscientemente — uma dobra ficcional, fabulando a partir de matérias humanas e não-humanas.*

*Vemos um operário em primeiro plano que toca a corneta anunciando a explosão. Sob o olhar distante de um superior, o pavio é aceso pelo protagonista. Enquanto o fogo se aproxima cada vez mais dos explosivos, enquadram-se, em sequência, os rostos de trabalhadores que se escondem entre as pedras já extraídas. Após o barulho, novos rostos, desta vez dos moradores da favela localizada no topo da pedreira. Ao mesmo tempo, uma enorme quantidade de fragmentos rochosos se desprende deste monumental corte geológico e cai violentamente sobre o chão. O processo segue: as rochas são transportadas por um caminhão até os responsáveis por depositá-las em uma máquina que as tritura em fragmentos menores. Este mesmo enquadramento do maquinário retorna à tela mais de uma vez, sempre dando a impressão de algo que se alimenta insaciavelmente.*

*Essa breve apresentação de diferentes etapas de um ciclo extrativista antecede a edificação do conflito central da história. O patrão, com um gráfico em mãos, ordena aumentar a carga da próxima detonação. Uma demanda que desencadeia novos enquadramentos nos rostos apreensivos dos trabalhadores, dramaticamente acompanhados pelo silêncio causado pela pausa das máquinas e do trabalho braçal. As novas condições de “temperatura e pressão”, que orientam o entrelaçamento dos fluxos materiais de uma cidade-pedreira, são responsáveis por ressignificar uma complexa infraestrutura moderna-colonial. Nesse caso, o extrativismo pétreo é o plano de fundo para um dilema que se estabelece entre uma carga capaz de destruir os barracos próximos à pedreira e a impossibilidade de os trabalhadores — alguns também moradores dessa favela — se negarem a seguir com a detonação por receio de serem demitidos e substituídos por outros.*

*Apesar de o título do filme se referir à pedreira de São Diogo, a locação é o Morro da Providência, sua frente de extração e sua favela, a primeira do Rio de Janeiro. Nesse sentido, é curioso pensar que o nome de um tipo de arbusto encontrado no sertão nordestino foi transportado e transformado por combatentes retornados de Canudos no final do século XIX. No “Morro da Favela”, simbolicamente metamorfoseado no Rio de Janeiro, eles construíram suas precárias moradias enquanto aguardavam a promessa do exército brasileiro de construir residências apropriadas, o que nunca aconteceu.*

*Nada disso é mencionado no curta-metragem de Hirszman, entretanto, depois de breves olhares para o relevo recortado pela extração de fragmentos escaláveis, ocupado inicialmente por uma dívida republicana com aqueles que combateram um levante no imaginário das elites citadinas, a solução para o impasse vem em alto e bom som pela boca do funcionário responsável pela detonação: “os favelados!”. O plano se baseava em alertar os moradores sobre a situação e propor que todos se coloquem de pé na beirada da pedreira no momento da explosão. Dessa maneira, os operários teriam o apoio necessário para recusar a ordem recebida. A tentativa de mobilização é feita de boca em boca, e até a hora marcada para a detonação não se tem certeza de sua efetividade.*

*As cenas se repetem: um trabalhador toca a corneta, outro, aos pés da pedreira, se prepara para acender os explosivos, enquanto o restante se dirige para um local seguro. Tudo parece caminhar conforme o início da história, até que, de repente, a trilha sonora – até então reduzida a um simples arranjo melancólico – é tomada por batuques que acompanham os largos sorrisos abertos nos rostos dos trabalhadores já conhecidos, e, então, finalmente podemos enxergar, no topo do morro, a silhueta de um gesto coletivo, humano e geológico. Assim se encerra o filme: com a desistência do patrão que se afasta para longe e com aquele mesmo enquadramento de uma máquina, antes insaciável, que agora para lentamente.*

*E se essa for a imagem de um gesto que orienta um possível levante metamórfico?*



**Figura 3:** frame do filme “Pedreira de São Diogo”, Leon Hirszman, 1962.



**Figura 4:** “Cidade-pedreira: a manipulação da matéria na urbanização do Rio de Janeiro”, TCC, Universidade Santa Úrsula. Caio Rechuem, 2020.

## Introdução

As reflexões que circundam esta dissertação são um desdobramento do meu trabalho final de graduação em Arquitetura<sup>1</sup>. Em síntese, minhas considerações naquele momento respondiam à experimentação de outras *operações projetuais*, menos tecnicistas e mais próximas de uma perspectiva “ecopolítica-poética”<sup>2</sup>. Dentre elas, destaco aquela que funcionaria como um disparador essencial das aproximações que me propus a fazer desde então: uma representação baseada em minhas memórias visuais da frente de pedreira localizada na encosta do morro da Providência, no Rio de Janeiro. Esse desenho a carvão, cuja fricção sobre uma folha de papel manteiga se configurou como um gesto primordial, foi propositalmente estendido até o limite de se desfazer.

Essa repetição gestual, além de saturar o fundo de uma matéria, passou a multiplicar vestígios tanto na mão que desenha quanto na ferramenta utilizada, que se desgasta a cada risco e sempre adquire novas e temporárias arestas. Ao fim, com as mãos sujas e com um pó residual sobre a mesa, ainda me parece insuficiente afirmar que somente as suas formas foram desfeitas ou reorganizadas. Como não se perguntar, então, sobre as possíveis transformações ocorridas na matéria em si? Nesse sentido, a operação foi finalizada com a manipulação desse questionamento transformado em pó, que a luz de uma experiência corporal parece refletir as lembranças de um passado fragmentado e os desejos de futuros imaginados.

De certo modo, continuo trabalhando a partir de resíduos, sejam sólidos, sejam lacunares. Acredito que a vertigem causada pelo posicionamento de uma pesquisa em arquitetura aos pés — ou à boca — de uma pedreira esteja intimamente ligada à crescente percepção da inter-relação entre o construir e o destruir, principalmente se pensada dentro de uma lógica extrativista, que, no Brasil, tem origem coloni

---

<sup>1</sup> RECHUEM, 2023

<sup>2</sup> Termo emprestado da disciplina (*Contra)cartografias ecopolíticas-poéticas*, ministrada pela profa. Ana Luiza Nobre, na PUC-Rio em 2023.2.

As sedimentações ensaiadas neste trabalho provocam uma tradição arquitetônica que valoriza aquilo que é pétreo e aparentemente eterno. Esse é o principal motivo pelo qual escolho não fazer nenhuma diferenciação entre *pedra* e *rocha*, mesmo correndo o risco de desagradar alguns geólogos. O fato é que ambos são termos criados para classificar fragmentos sólidos espalhados pela camada mais externa do planeta Terra, uma “zona crítica”<sup>3</sup> onde a vida acontece. Entretanto, acredito ser necessário sublinhar a sua distinção com os chamados minerais, outro tipo de fragmento sólido, inorgânico e homogêneo, de composição química e estrutura cristalina. As rochas, ou pedras, são agregados naturais formados por um ou mais minerais. Por exemplo, o granito, que, em um linguajar arquitetônico, é muitas vezes utilizado como algo mais abrangente; é, na verdade, um agregado de quartzo, feldspato e mica. Outro importante comentário terminológico é a respeito do termo *mineração*, relativo aos processos, às atividades e às indústrias de extração de minerais, matérias-primas e insumos necessários para as mais diversas atividades humanas. No caso da construção civil, materiais como cimento, cerâmicas, vidro, perfis metálicos e pedras ornamentais estão conectados à exploração de jazidas, ou seja, de depósitos naturais.

Ao aproximarmos *arquitetura* e *extrativismo pétreo*, também aproximamos ações e gestos humanos com movimentos tectônicos de longa duração; a violência do trabalho escravo, degredado ou imigrante, com a violência ambiental que permanece marcada no corpo da terra: vazios residuais dentro de uma paisagem muitas vezes distante daquela onde a construção se encontra; mas, sobretudo, aproximamos as frestas de um edifício antropocêntrico com as consequências de uma *mineração moderna-colonial*.

As considerações feitas a partir de elementos pétreos reverberam imaginários de uma abordagem multidimensional, onde qualquer operação projetual, motivada por relações ambientais, valorizações capitalistas, analogias antropométricas e literais, tipologias ou estilos arquitetônicos, é, sobretudo, uma tomada de decisão em uma escala ecopolítica-poética. Portanto, encarar os monumentais cortes geológicos do Rio de Janeiro, e apresentá-los como vazios residuais de um patrimônio pétreo colonial, é, de certa maneira, uma tentativa de expandir a experiência estética a seus próprios modos de produção, de transformar um muro de pedras — que separa seu interior civilizatório e

---

<sup>3</sup> LATOUR, 2020

arquitetônico, do exterior natural e material — em uma cartografia especulativa de fluxos extrativistas e geológicos.

O mapa apresentado de maneira introdutória é a tentativa de esquematização dessa pesquisa em tempo geológico, que, além de possibilitar uma visualização geral dos movimentos ensaiados pelo texto, permite-nos uma experiência cinética e metamorficamente especulativa de seus significados. Na tentativa de historicizar e politizar os vestígios rochosos encontrados na cidade do Rio de Janeiro, essa cartografia foi redesenhada inúmeras vezes durante a pesquisa, o que movimentou imagens em novos sentidos e desatou um emaranhado de fluxos materiais.

A operação inicial sobre um ciclo que resume as possibilidades pelas quais um tipo de rocha pode se transformar em outro foi a inclusão da atividade extrativista/mineira e, consequentemente, das arquiteturas pétreas. Ao definirmos o outeiro da Glória, sua igreja e seu acesso como um ponto de partida, cada elemento pétreo que estrutura a dissertação é recolocado em seu lugar de origem. Essa reaproximação nos permite estabelecer uma relação entre processos como sedimentação, metamorfismo, fusão e cristalização, com o significado simbólico de diversos elementos pétreos.

Historicamente localizada no Rio de Janeiro, a pesquisa se encontra entre as antigas feitorias de pau a pique e os grandes vãos modernos em concreto-armado. A escolha do Outeiro da Glória como a pedra-chave deste arco narrativo é, de certa maneira, algo simbólico nesse sentido. A derrubada da primitiva ermida de taipa para a construção de uma igreja mais dura, em pedra (c. 1730); além da demolição do antigo cais em cantaria, cujas pedras foram reaproveitadas na construção do novo acesso à igreja (1960); demarcam, com maior destaque para o século XIX, o recorte utilizado. Entretanto, seus fragmentos são articulados em tempo profundo, associando coisas temporalmente distantes e dobrando estratos muitas vezes contraditórios.

Após o prólogo e esta introdução, o terceiro capítulo ocupa-se de prospectar os fragmentos dessa *cidade-pedreira*, e, além de ensaiar manipulações capazes de transformá-los em possibilidades metamórficas, aponta para a possibilidade de se pensar o chamado *Mineraloceno* para além dos minerais explorados como combustível ou de metais preciosos. Em outras palavras, aposto no gesto de colocar uma *arquitetura pétreia* no centro do espaço moderno-colonial. Para tanto, a perspectiva proposta por Horácio

Aráoz<sup>4</sup> a respeito das valorizações capitalistas de exploração da *Natureza* e suas ferramentas de controle e alienação do trabalho humano é articulada através do patrimônio pétreo da cidade do Rio de Janeiro. Essa reativação metamórfica de elementos paisagísticos e arquitetônicos é vislumbrada a partir de autores como Jason Moore, Anna Tsing e Timothy LeCain<sup>5</sup>. A tentativa de atuação em um único ambiente material, de relações criativas em meio ao dinamismo de coisas orgânicas e inorgânicas, dá-se pela aproximação entre as *arquiteturas pétreas* e os ciclos mineralógicos e geológicos da terra. Entretanto, ao analisar essas arquiteturas “em tempo profundo”<sup>6</sup>, conforme sugeriu Cristina Parreño Alonso, defende que a sua materialidade não pode ser separada do passado histórico e geográfico. No caso do Rio de Janeiro, igrejas, fortalezas, casarios e monumentos nos contam tanto sobre histórias de extração, racismo, violência e colonização quanto sobre os processos permanentes de reciclagem da Terra.

Conforme já mencionado, o trabalho se estrutura a partir dos fluxos materiais e simbólicos que se entrelaçam no Outeiro da Glória. Sua igreja é fragmentada a partir de visadas resultantes de um acesso moderno-colonial: vemos um nicho em cantaria, uma torre sineira cercada por coruchéus, além de portais, púlpitos e lavabos importados. Fragmentos retomados para transformar os caminhos que nos levam a essa *arquitetura pétreia*, entendida tanto como uma pedra-chave quanto como um princípio extrativista. Se o terceiro capítulo busca esclarecer as particularidades do Rio de Janeiro como uma *cidade-pedreira*, cada parte do capítulo seguinte se inicia sempre por seu princípio simbolicamente demarcado: o Outeiro da Glória.

A primeira dessas quatro partes apresenta-se como a imagem contraditória de uma gruta em cantaria. Os antecedentes que levaram à construção da igreja, romantizados por José de Alencar<sup>7</sup> no final do século XIX, são retomados, tensionados e transformados em provocações narrativas que se debruçam sobre as origens da arquitetura. Nesse sentido, quais seriam as possíveis relações entre uma gruta de idade geológica e uma igreja setecentista? Ou, então, o que representaria o fincar de uma pedra como ato fundacional?

A segunda parte se concentra em uma vigília arquitetônica. Do topo de uma Igreja colonial no Rio de Janeiro, proponho a manipulação cuidadosa de um sentimento que

<sup>4</sup> ARÁOZ, 2017, 2023, 2020

<sup>5</sup> LECAIN, 2017; MOORE, 2022; TSING, 2019

<sup>6</sup> PARREÑO ALONSO, 2021

<sup>7</sup> ALENCAR, 2014

acompanhou a cidade desde a sua fundação. Conforme definiu Nireu Cavalcante, esse sentimento começou a se materializar na primeira metade do século XVII através de uma "muralha do medo"<sup>8</sup>, uma infraestrutura pétreia de caráter militar e que, ao menos para esta pesquisa, simboliza uma arquitetura que se fecha em si e se arma contra os outros, mas que, acima de qualquer coisa, tenta inutilmente se separar do ambiente ao qual está intrinsecamente ligada. Assim, soma-se às problemáticas de suas bases escravagistas e exploratórias um medo relativo à incerteza de sua atuação como ferramenta preventiva e à extensão de suas cadeias produtivas.

Já o terceiro fragmento deste capítulo aposta em uma reativação animista, conforme proposto por Isabelle Stenger<sup>9</sup>. Os portais, os púlpitos e os lavabos do Outeiro da Glória são apresentados como pedras de lastro de uma embarcação colonial; suas histórias são narradas através da historicização e da politização de sua própria matéria rochosa. No caso do Calcário de Lioz, uma falha geológica que participa da implantação de uma igreja pré-fabricada, assim como um tipo de pavimentação pétreia que marca a influência de uma cultura dominante, são exemplos de um caminhar mais atento à violenta e inescapável interdependência entre arquitetura e extrativismo.

Por último e fechando o capítulo, a síntese moderno-colonial elaborada pela atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é adotada como uma possível analogia ao agenciamento de fragmentos demolidos. Dessa maneira, o novo acesso à igreja, projetado por Lúcio Costa na década de 1960, ainda abrigaria as ruínas de um imaginário relacionado à primeira casa de pedra na Guanabara, uma tese edificada por Francisco Adolpho de Varnhagen, no século XIX<sup>10</sup>. Neste mesmo sítio, especulo sobre a escavação teórica de alicerces de pedra que remetem a antigas moradias de carvoeiros. Essa conexão improvável se deve aos distantes platôs artificiais de produção de carvão vegetal, localizados no Maciço da Pedra Branca, que, ao mesmo tempo que alimentaram as forjas nas quais se afiaram ponteiros, talhadeiras ou cinzéis, também representaram um meio de sustento para pequenos agricultores, quilombolas ou ex-escravos.

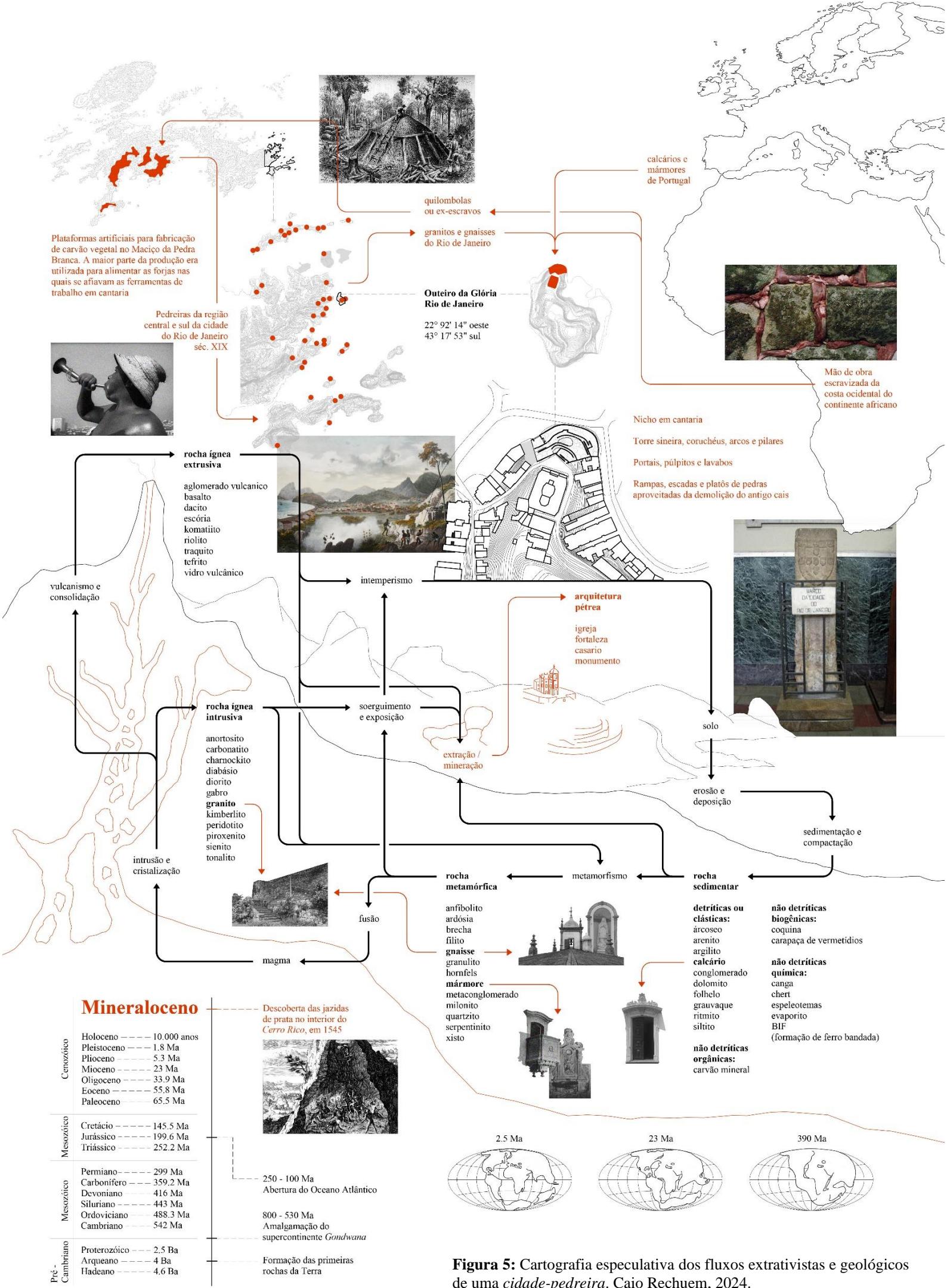
Se levarmos em consideração as rampas, as escadas e os platôs articulados na década de 60, seus caminhos são agenciados por blocos de rochas metamórficas, granitos

<sup>8</sup> CAVALCANTE, 2015

<sup>9</sup> STENGERS, 2017

<sup>10</sup> FREITAS DA SILVA, 2019

e gnaisses extraídos do relevo carioca. Esta dissertação se arrisca a tentar redimensioná-los em um tempo profundo enquanto se questiona sobre possíveis soerguimentos futuros: levantes que atravessam a escalabilidade industrial e uma materialidade alienada.



**Figura 5:** Cartografia especulativa dos fluxos extrativistas e geológicos de uma *cidade-pedreira*. Caio Rechuem, 2024.

### 3

#### Cidade-pedreira: arquitetura no *Mineraloceno*



**Figura 6:** Frame do filme “*Lunacy*”. Jan Švankmajer, 2005.

A partir do momento em que o *orbis terrarum* foi concebido como abrangendo todo o globo, tanto terra quanto mar, e não mais circunscrito apenas à Ilha da Terra, o homem abriu para si o caminho para a conquista do universo. O universo não lhe parece mais uma realidade estranha, alienígena e proibida, pertencente a Deus e feita por ele, mas uma vasta e inesgotável *pedreira de matéria cósmica* na qual o homem pode esculpir seu mundo, dependendo não da permissão divina, mas exclusivamente por sua iniciativa própria, ousadia e habilidade técnica.

(O'GORMAN, 1958, p. 129 apud LARA, 2020, p. 75, tradução nossa)

### 3.1

#### Entre a taipa de mão e o concreto armado

As relações entre a arquitetura e a indústria de extração de pedras que se desenvolveu na cidade do Rio de Janeiro, principalmente do século XVIII ao XX, atestam o papel de destaque desempenhado pela matéria rochosa e pela técnica da cantaria<sup>11</sup>, mesmo com toda a dificuldade de extração, transporte e manuseio de seus pesados blocos. Alguns fatores são responsáveis por tamanho protagonismo, dentre eles, o solo extremamente rico em matéria orgânica e, por isso, pouco propício à técnica da taipa<sup>12</sup>.

Seja como elemento de vedação para uma trama ortogonal de madeiras, amarradas entre si e com seus vãos preenchidos com uma mistura de solo, água e palha; seja, então, como uma alvenaria estrutural, onde o solo é umedecido e compactado em fôrmas de madeira; a taipa foi muito utilizada no contexto inicial da colonização portuguesa na América, desde o tempo das incipientes feitorias construídas ao longo do litoral. A relativa simplicidade da construção com terra e o fácil acesso a sua *matéria-prima*, há muito tempo conhecida e utilizada pelas mais diversas civilizações, além de auxiliarem na expansão colonial, também faziam com que as rochas ficassem restritas somente a determinados componentes construtivos, ou encarregadas de uma função quase exclusivamente estética, compondo molduras de portas e janelas. Todavia, na cidade do Rio de Janeiro, esse material foi, aos poucos, extrapolando os adornos de uma cantaria decorativa, passando a compor a maior parte da estrutura da construção<sup>13</sup> e deixando, por meio de sua extração, inúmeras “chagas abertas no corpo da terra para nunca mais fecharem”<sup>14</sup>.

Essa particularidade histórico-geográfica é tratada em inúmeros trabalhos elaborados pelo campo da geologia<sup>15</sup>, retomando, por exemplo, as considerações feitas

<sup>11</sup> Ofício de talhar blocos de rocha bruta de forma a constituir sólidos geométricos de variável complexidade, para utilização na construção de edifícios ou de muros.

<sup>12</sup> ALMEIDA; PORTO JUNIOR, 2012, p. 6

<sup>13</sup> Ibidem

<sup>14</sup> ARÁOZ, 2020, p. 43

<sup>15</sup> Dentre estes trabalhos, destaco a produção das professoras Kátia Mansur (UFRJ) e Soraya Almeida (UFRRJ), que sempre se mostraram dispostas a colaborar com esta dissertação. Ver: CASTRO; MANSUR; FRASCÁ, 2021; MANSUR et al., 2008; MANSUR et al., 2022; MANSUR et al., 2021; ALMEIDA, 2016; ALMEIDA; PORTO JUNIOR, 2012.

pelo missionário americano Daniel Parish Kidder, que, em seus escritos de meados do século XIX, já ressaltava o contraste da eficiente técnica de construção em taipa praticada em São Paulo com as inúmeras *arquiteturas pétreas* edificadas na então capital da colônia, descrevendo casas compostas por fragmentos de rochas cimentadas com argamassa, que formavam “paredes espessas como fortalezas”<sup>16</sup>.

No século XVI, após uma primeira instalação do núcleo urbano do morro do Castelo, caracterizada pela construção de fortificações defensivas e pela falta de mão de obra, a cidade do Rio de Janeiro começou a se expandir em direção aos seus alagadiços. Com a drenagem das regiões mais baixas, abriram-se espaços para a construção de cada vez mais edifícios religiosos e administrativos no decorrer do século XVII. Nesse período, iniciou-se uma maior utilização das rochas da própria região, extraídas de pedreiras abertas no morro de Santo Antônio, no morro da Conceição, nas Ilhas das Cobras e na das Enxadas, bem como no morro da Viúva e no morro da Glória<sup>17</sup>.

A partir da consolidação das regiões auríferas localizadas no entorno da Vila Rica de Ouro Preto, descobertas ao longo do século XVIII, ocorreram algumas importantes mudanças na geografia do Brasil Colônia, como a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763) e a criação de novas capitâncias como as de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A transferência da capital, agora localizada na margem oeste da Baía de Guanabara, fomentou o surgimento de inúmeros cais, ancoradouros e trapiches, construídos tanto em pedra lavrada quanto esculpidos diretamente na própria rocha. Nesses importantes pontos de confluência de fluxos moderno-coloniais, se cruzavam produtos agrícolas e manufaturados; metais preciosos e corpos escravizados; além de blocos de pedras previamente talhados, trazidos inicialmente de Portugal como lastro de uma embarcação colonial.

Essa técnica da pedra talhada, também trazida do outro lado do Atlântico, se alimentou de um conjunto de frentes de extração em diversos pontos da cidade, consideravelmente multiplicadas após a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Por consequência, é no século XIX que as zonas central e sul da cidade

<sup>16</sup> KIDDER, 1857, p. 630 Apud ALMEIDA; PORTO JUNIOR, 2012, p. 6

<sup>17</sup> MANSUR et al., 2021, p. 278-279

alcançam o ápice da extração, o que leva à expansão da atividade para áreas ainda mais distantes, como, por exemplo, Copacabana<sup>18</sup>.

É somente ao decorrer do século XX que a indústria de extração de rochas no Rio de Janeiro passou a perder seu protagonismo, principalmente pelo aparecimento de uma legislação mais restritiva<sup>19</sup> e pelo aumento dos valores dos terrenos da zona sul, que fizeram com que a atividade fosse deslocada para regiões mais distantes do centro de desenvolvimento da cidade, agora majoritariamente concentradas no maciço da Pedra Branca, em bairros como Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes, Bangu, Guaratiba e Santa Cruz. Outro fator importante foi decorrente de novas considerações estéticas modernas, em que o desejo pelos *grandes vãos* se sustenta pelo desenvolvimento de novas tecnologias construtivas, possibilitadas pela produção em escala industrial do concreto e do aço. Dessa maneira, a pedra vai aos poucos saindo do âmbito do talhe, característico das obras em cantaria, para o dos revestimentos e dos agregados, onde o cinzel é trocado, respectivamente, por uma serra ou uma britadeira.

---

<sup>18</sup> ALMEIDA; PORTO JUNIOR, 2012, p. 9

<sup>19</sup> A nova Constituição e o Código de Minas (1934) separam as propriedades do solo e do subsolo. Através do Decreto 23.979, foi criado o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).



**Figura 7:** Corte de um bloco de rocha extraído de pedreira na ilha de Portland, na Inglaterra. J. Rhodes, 1930. Fonte: Acervo British Geological Survey.

Assim, a pedra — e a madeira, em certa medida — deixa de ocupar papel de destaque dentro do canteiro, primeiro com a expansão do uso do ferro e, posteriormente, com o aparecimento do concreto armado, muitas vezes entendido como uma das técnicas fundantes da modernidade em arquitetura. O concreto armado foi inventado várias vezes, de maneiras diferentes e em mais de um lugar, sendo inicialmente executado pela inserção aleatória de pedaços de ferro e aço em sua mistura. Aos poucos, essa técnica se desenvolve, simultaneamente, através de pesquisas especulativas de químicos industriais, pelo ímpeto comercial dos empresários e pelo empirismo das experiências de comerciantes e empreiteiros no canteiro de obras.

Uma armadura de vergalhões de aço em diferentes diâmetros, dobrados e amarrados conforme as indicações de calculistas estruturais; inúmeras fôrmas, normalmente em madeira, também utilizada em suas escoras; além de uma mistura de água, cimento e agregados — graúdos e miúdos —, conhecida como concreto. Materiais e gestos construtivos que podem ser entendidos, de maneira esquemática, como uma

adaptação industrial das técnicas de construção com terra. Como se a trama de madeira fosse trocada por uma de aço; o empirismo, pelo cálculo estrutural; e a terra, pelo concreto. Entretanto, apesar da predominância de grandes vãos e de uma verticalidade marcante, o gesto construtivo não se perde, e, mesmo que sob um revestimento moderno, as marcas da manipulação material seguem contando preciosas histórias sobre os edifícios e sobre aqueles que os constroem.

O cimento que conhecemos hoje, feito industrialmente e sem fórmula única, começa a se desenvolver entre o final do século XVIII e o início do XIX, através de diversos minerais calcinados<sup>20</sup>. Entretanto, foi somente em 1824 que Joseph Aspdin recebeu a patente intitulada *An Improvement in the Mode of Producing an Artificial Stone* (Um melhoramento no modo de produzir uma pedra artificial), em que cunhou o termo “Cimento Portland”, remetendo às pedras calcárias extraídas na ilha de mesmo nome, em Dorset, na Inglaterra.



**Figura 8:** Execução da armação de aço para a concretagem das cúpulas do congresso nacional, em Brasília. Marcel Gautherot, c. 1958. Fonte: Acervo IMS

Nessa nova trama metálica, ao lado de quantidades variadas de areia (agregado miúdo) e pedra britada (agregado graúdo), definidas pelo traço de uma mistura que se

---

<sup>20</sup> A remoção de uma fase volátil quimicamente ligada a um determinado sólido.

molda em produtos artificiais resistentes, o cimento funciona como um aglomerante primordial, assim como o gesso calcinado utilizado desde o antigo Egito e os solos vulcânicos, utilizados por gregos e romanos, que, ao entrarem em contato com a água, endureciam quase como pedra. Portanto, ao analisarmos fragmentos de uma arquitetura pétreia, sejam “naturais”, sejam “artificiais”, também devemos considerar, com a devida atenção, aquilo que possibilita o assentamento de seus blocos, que, ao serem aglomerados, se apresentam através de uma forma rígida e coesa, uma maneira hegemônica de se produzir arquitetura.

Na cidade do Rio de Janeiro, após o abandono de casebres em taipa das feitorias portuguesas, ora como ornamentos em cantaria, ora como brita inserida na mistura de uma “pedra artificial”, a matéria rochosa continua sendo uma das mais relevantes dentro de um grande e complexo ambiente material. Ao nos debruçarmos sobre essa matéria que participou ativamente da edificação de uma narrativa hegemônica sobre a cidade do Rio de Janeiro, escolhemos imaginar um metamorfismo a partir do seguinte questionamento: quais outras histórias poderiam ser contadas a partir da pedra?

### 3.2

#### **A matéria rochosa e o espaço moderno-colonial nas Américas**

No final do século XV, foi traçada uma linha imaginária que demarcaria os limites extrativistas sobre as novas terras encontradas no Atlântico. Tratava-se tanto de conceder direito de posse sobre as riquezas a serem extraídas quanto de garantir a conversão à fé católica dos habitantes dessa nova parte do mundo por meio do empreendimento colonial levado a cabo pelas Coroas Ibéricas.

Uma linha divisória de polo a polo do globo terrestre, traçada a 100 léguas das ilhas dos Açores e Cabo Verde, que, posteriormente, devido às reivindicações portuguesas, desloca-se para 370 léguas a oeste do mesmo ponto. As disputas e as consequências do tratado de Tordesilhas (1494) se estendem por mais de três séculos e envolvem não somente o período de unificação das duas coroas (1580 - 1640), mas também um crescente interesse colonial de outros reinos europeus. Entretanto, nos

atentemos às consequências almejadas por aqueles que inicialmente a traçaram sobre um mapa: as riquezas extraídas a oeste dessa linha ficariam para os Reis de Castela; a leste, com os monarcas de Portugal e Algarves; já as almas catequizadas, de qualquer um dos lados, para a Igreja Católica Apostólica Romana.

Na região onde hoje se encontra a cidade do Rio de Janeiro, foi a partir da intensificação de um extrativismo pétreo que as vastas paisagens da Guanabara foram sendo cada vez mais transformadas pelo entrelaçamento de inúmeras entidades não-humanas e as infraestruturas moderno-coloniais de projetos humanos. A capacidade de expansão dessa lógica extrativista, escravocrata e exploratória é revelada pela *escalabilidade* de seus modos de produção espacial, diferentes tecnologias de poder sobre corpo, terra e matéria que atuam a partir de processos concomitantes de violência.

Segundo Anna Tsing, a *escalabilidade* pode ser resumida como a habilidade de se expandir constantemente, sem precisar repensar os elementos básicos de determinado projeto, permitindo visualizar apenas “blocos uniformes, prontos para expansão futura”<sup>21</sup>. Blocos que edificaram igrejas, fortalezas, casarios e monumentos, mas que, acima de qualquer coisa, pavimentaram o percurso de uma “procissão civilizatória” que ainda caminha religiosamente em direção a promessas desenvolvimentistas. As formas desta “religião moderno-colonial” foram descritas por Horacio Araóz da seguinte maneira:

No fundo, mais do que um fenômeno econômico ou político, o desenvolvimento é um ato religioso. É uma fé, um culto, uma religião. Não uma qualquer, mas a religião moderna em si: a religião da modernidade-colonialidade. O progresso é o credo que professa. [...] A epistemologia oficial da modernidade se estrutura na convergência de três de suas formas mais frequentes: a razão arrogante, que afirma sua superioridade; a razão metonímica, que se reivindica como única; e a razão proléptica, que suprime o futuro em um presente linear e infinito.

(ARÁOZ, 2020, p. 47-51)

As consequências diretas do avanço de uma formação urbano-industrial em escala global — classificadas como *problemas ambientais* — são os principais balizadores da concepção do *Antropoceno*<sup>22</sup>, uma suposta nova época geológica, cada vez mais discutida e fragmentada pelas inúmeras frentes que abordam a atual crise ambiental. Mesmo que a

---

<sup>21</sup> TSING, 2019, p. 87

<sup>22</sup> CRUTZEN; STOERMER, 2000

maior popularização desse termo — em relação às proposições seguintes — esteja diretamente relacionada a seu pioneirismo e a sua abrangência, também é necessário reconhecer a potência teórica de outras possibilidades disparadas a partir dessa assimilação de um tempo atravessado por urgências socioambientais<sup>23</sup>.

Ao contrário dos estudos que buscam evidências estratigráficas, aqueles que focam nos diferentes contextos e nas distintas datações acabam tensionando tanto a sua etimologia (*antropo* = humano; *ceno* = novo, referindo-se às épocas de uma era geológica) quanto os limites impostos pela tentativa de articulação de uma humanidade homogênea, seja na elaboração do problema, seja na solução proposta. Assim, eles nos apresentam a seguinte questão: quem é o *antropo* em *antropoceno*?<sup>24</sup>

Seguimos algumas formulações por trás do *Capitaloceno*, que, ao afastar-se de uma ideia de humanidade como um ator coletivo, escolhe não “apagar os padrões histórico-geográficos de diferenciação e coerência em favor da simplicidade narrativa”<sup>25</sup>, e, sim, utilizá-los como ponto de partida. O termo surge a partir de uma crítica à atual noção de *Antropoceno*, considerando que a ação humana é sempre perpassada por relações políticas e econômicas de poder e desigualdade no contexto do capitalismo global. Portanto, os *problemas ambientais* não seriam resultados exclusivos de uma ação antrópica, mas, sobretudo, um reflexo das valorizações capitalistas de exploração da *Natureza*.

Essa provocação, elaborada por Jason Moore, além de confrontar um catastrofismo anódino que busca esvaziar o debate político em torno do *Antropoceno*, explicita também a exclusão sistemática de determinados corpos ao direito de uma *Humanidade* (povos indígenas, africanos escravizados, quase todas as mulheres e poucos homens brancos), vistos como parte da *Natureza* e tratados como tal. Essa exclusão é o que sustenta uma enorme mobilização de energia e trabalho não remunerado, transformando paisagens e perseguindo a acumulação infinita do capital<sup>26</sup>. Nesse sentido, ao invés do sistema-mundo moderno, pretende-se uma abordagem mais próxima de uma

---

<sup>23</sup> LATOUR, 2020, p. 44 - 45

<sup>24</sup> PÁDUA, 2017, p. 3

<sup>25</sup> MOORE, 2022, p. 135

<sup>26</sup> MOORE, 2022, p. 130

“ecologia-mundo”, articulando de maneira orgânica a acumulação do capital, a busca pelo poder e a produção na natureza<sup>27</sup>.

Na esteira do *Capitalocene*, Tsing e Aráoz analisam os dois primeiros modos de produção espacial dessa nova época geológica - seja nas grandes montanhas andinas e do planalto brasileiro, seja nas planícies da costa tropical da América do Sul e do Caribe. Para esses autores, a forma mina/mineração e a forma *plantation/monocultura* foram os principais meios pelos quais o conquistador europeu projetou sua territorialidade de dominação<sup>28</sup>.

Nas *plantations* dos séculos XV e XVII, com especial destaque para os experimentos coloniais na Ilha da Madeira e nas vastas plantações do Brasil, “a cultura portuguesa juntou-se ao seu poder recém-adquirido de arrancar pessoas escravizadas da África”<sup>29</sup>. A procura por açúcar fora dos controles muçulmanos fez com que essa ilha do Atlântico, de clima seco e que, portanto, demandava extensas irrigações, fosse um laboratório de controle e alienação do trabalho humano e do processo de produção na natureza, ora através de desenvolvimento de novas técnicas de preparação da terra, ora pela domesticação de espécies, criando isolados genéticos sem vínculo interespécies, em outras palavras, “elementos paisagísticos sem relações transformadoras”<sup>30</sup>.

Embora a irrigação não fosse necessária no chamado “Novo Mundo”, onde as terras planas e úmidas estavam facilmente disponíveis, verificou-se que essas novas tecnologias possibilitavam um controle mais rígido do crescimento da cana, o que facilitava a permutabilidade indispensável para a *escalabilidade*. Esses “novos módulos compostos de unidades estáveis e regularizadas”<sup>31</sup> fizeram com que as plantações de cana-de-açúcar se expandissem rapidamente pelas regiões mais quentes do mundo.

---

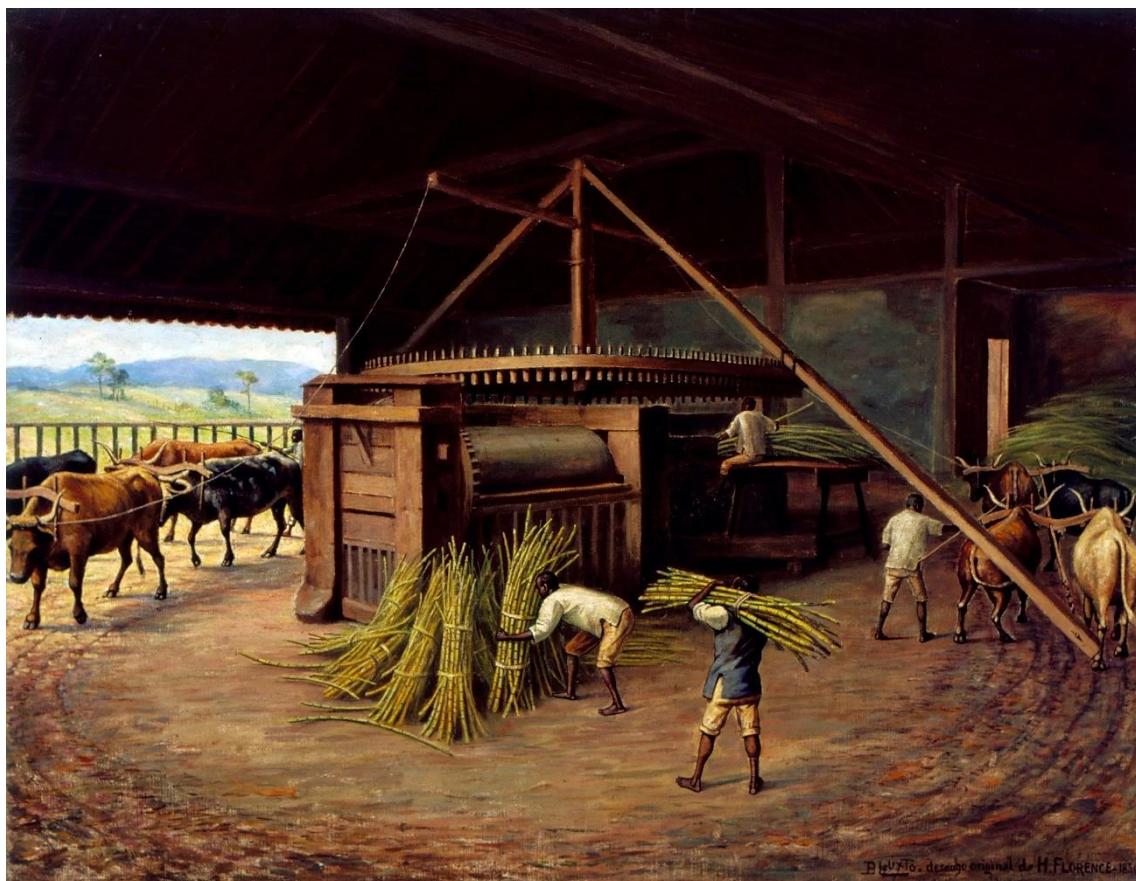
<sup>27</sup> Ibid, p. 157-158

<sup>28</sup> ARÁOZ, 2023

<sup>29</sup> TSING, 2019, p. 184

<sup>30</sup> Ibid, p. 183

<sup>31</sup> Ibid, p. 185



**Figura 9:** “Moagem de cana”. Benedito Calixto, 1830. Fonte: Acervo Museu Paulista da USP.

Essa fórmula moldou um sonho que passamos a chamar de modernidade. Mesmo agora, vemos um traço da *plantation* em condições que consideramos modernas. A modernidade é, entre outras coisas, o triunfo da destreza técnica sobre a natureza. Este triunfo requer que a natureza seja limpa de relações sociais transformadoras; caso contrário, esta não poderia ser a matéria-prima da *techne*. A Plantation mostra como é preciso criar a *terra nullius*, a natureza sem reivindicações emaranhadas. Os emaranhamentos nativos, humanos e não humanos, devem ser extintos; refazer a paisagem é uma maneira de se livrar deles. Então, trabalhadores e plantas exóticas (ou outros elementos de projeto) podem ser trazidos, projetados para a alienação e controle: *nonssoels*. Tanto o trabalho quanto a natureza estão próximos de serem autossuficientes e intercambiáveis em relação ao projeto desenhado sob essas condições e, portanto, o projeto está pronto para expansão.

(TSING, 2019, p. 186)

Aquilo que alguns chamam de *Plantationceno* funciona, assim, em termos parecidos com o *Mineraloceno*, outro termo não-antropocêntrico e relativo a um importante modo de produção do espaço moderno-colonial. Uma perspectiva investigada em inúmeras publicações por Horacio Aráoz e sintetizada da seguinte maneira:

O que me move é a suspeita de que concentrar nossa atenção na questão mineral, pode nos ajudar a aprofundar e a expandir a compreensão sobre a natureza das condições que causaram a morte do holoceno. É uma suspeita que se baseia na constituição geológica básica da nossa existência terrestre, a condição eminentemente mineral do nosso planeta, dos minerais como a matéria-prima da terra e do humano. Fundamentalmente, o que o mundo dos minerais tem a oferecer para o próprio mundo da vida, em geral, é o lugar central que o mineral tem no especificamente humano, na particularidade de suas conexões histórico-materiais com os processos geológicos em geral.

Modernamente mal-acostumados a tratar o reino mineral como abiótico ou inanimado, este viés, provavelmente, foi o que contribui para seu descaso, principalmente ao abordarmos a questão dos processos vitais, sociais e históricos. Ao confundir o mundo da pedra com o inerte, este reino parece mais propenso a naturalizações, que, como sabemos, são configurações de poder sedimentadas nas crenças, sentimentos e práticas. Ao limpar estes maus hábitos e reconhecer os minerais como um aspecto fundamental da vida e dos processos de coexistência terrestre, a tarefa cognitiva e abrangente que imediatamente se apresenta é a de estender a história ao reino mineral, ou melhor, restaurar aos minerais, aos processos mineralógicos e às atividades mineiras humanas e não humanas, sua historicidade constitutiva.

Esta atitude epistêmica, a de reconhecer a condição histórica dos minerais — que na realidade não é nova e remonta às origens da ciência geológica moderna — nos levaria a revelar a história da terra e do homem, das humanidades reais e concretas, materiais e historicamente existentes, em termos de quais continuidades e descontinuidades poderiam ser encontradas em seus modos de inter-relação.

Quais formas e modos de interação do trabalho conjunto, dos tratamentos e das afetações entre o mineral e o animal humano em transformações geológicas e formações sociais humanas, em particular como uma dimensão total nas quais as afetações entre o geológico e o antropológico, em geral, poderiam ser vislumbradas?

Esse movimento de historicizar e politizar o reino mineral, é correlativamente o de colocar o humano dentro dos ciclos mineralógicos e geológicos da terra, assim podemos nos perguntar se o que acabou com o mundo holocênico não estaria vinculado a algum tipo de estranheza ou anomalia em certas práticas de mineração.<sup>32</sup>

Essa suposta anomalia nas práticas de mineração, conforme apontado por Aráoz, não se inicia com o surgimento de uma fundição proposital, feita a partir de primitivas tigelas de barro, onde eram aquecidos fragmentos de pedras lascadas de algum afloramento rochoso; nem com as toneladas de escória<sup>33</sup> despejadas pelos antigos fornos romanos nas montanhas do arquipélago toscano; e muito menos com a generalização de tal atividade, seja nas regiões entre a atual Armênia, a Turquia e a península de Sinai, seja em qualquer outro lugar onde se desenvolveu de maneira independente, como, por

---

<sup>32</sup> Informação verbal. Fala de Horácio Aráoz durante a palestra intitulada “Mineraloceno: transformação catastrófica da terra e crise da humusidade”, GESTA/UFMG, em 17 de nov. 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Ank1ZTF\\_cHE](https://www.youtube.com/watch?v=Ank1ZTF_cHE)

<sup>33</sup> Resíduo sólido proveniente da fusão de metais ou da combustão de determinadas matérias. Devido ao fato de os fornos romanos alcançarem temperaturas muito inferiores aos fornos modernos-industriais, somente uma pequena quantidade de metal era extraído. Ver: GRIMA, 2021, p. 8 – 10

exemplo, a África Subsaariana, o Sudeste Asiático, a Europa Ocidental e o norte da China<sup>34</sup>.

Segundo o autor, podemos enxergar o princípio estruturador do mundo moderno através do surgimento de uma nova forma de mineração, consolidada e aperfeiçoada com o holocausto fundacional de *mitayos*, indígenas submetidos ao trabalho forçado e consumidos nas escavações do *Cerro Rico* de Potosí, na Bolívia<sup>35</sup>. Esse princípio, conforme elaborado pela exposição *Principio Potosí: ¿Cómo podemos cantar el canto del Señor en tierra ajena?* (Princípio Potosí: como podemos cantar a canção do Senhor em terra estranha?) realizada entre 2010 e 2011 em instituições de Madri, Berlim e La Paz, baseava-se, essencialmente, em uma inversão geográfica e econômica, transferindo a origem da modernidade na Europa para a região Andina, entre os séculos XVI e XVIII, onde enormes quantidades de prata e outros metais preciosos foram extraídos das veias que correm no interior de uma montanha, que, em um sentido histórico-geográfico e econômico-político, poderia ser enxergada como o divisor estratigráfico de uma nova época geológica na história da humanidade.

Conforme explicitado no texto introdutório que acompanhava o folheto com os mapas da exposição instalada no *Museo Nacional de Etnografía y Folklore* (MUSEF) e no *Museo Nacional de Arte* (MNA), ambos localizados em La Paz, esse “princípio”, entendido tanto como começo quanto como regra, refere-se ao “intenso processo de acumulação econômica que poderia ser considerado o início de um sistema global de fluxos materiais e simbólicos intrincados: a Modernidade”.<sup>36</sup>

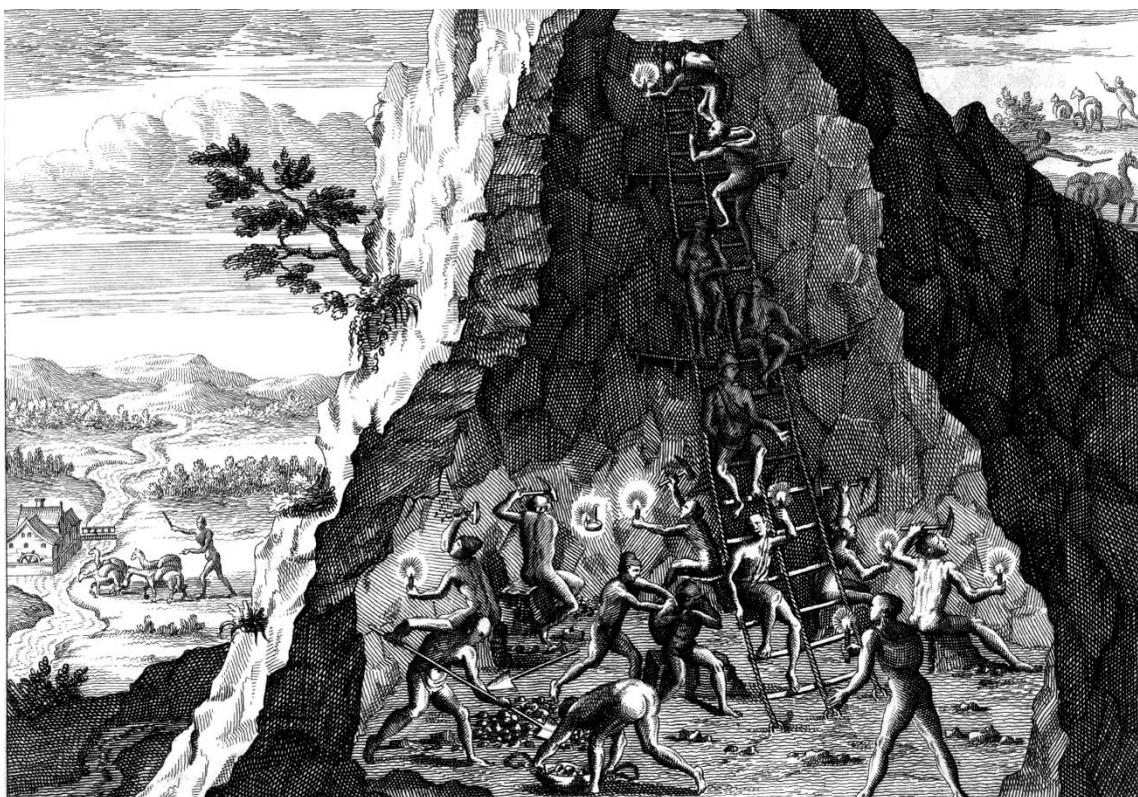
A ocupação colonial de Potosí é, portanto, um importante marco da lógica extrativista que enxerga a natureza como *matéria-prima* e o “resto do mundo”, que não é europeu nem se encaixa no padrão de civilidade moderno, como força de trabalho “barata” e descartável. Essa lógica, que nos trouxe à atual crise socioambiental, é o aspecto fundante de um extrativismo moderno-colonial, caracterizado, principalmente, pelo desenvolvimento de violentas estratégias de recrutamento e pelo gerenciamento das enormes quantidades de trabalho e energia.

---

<sup>34</sup> LYNCH, 2002

<sup>35</sup> ARÁOZ, 2020

<sup>36</sup> Disponível em: <https://potosiprincipleprocess.wordpress.com/2011/02/11/fold-out-desplegable-mna-musef-la-paz/>



**Figura 10:** “Mineração em Potosí”. Theodor de Bry, 1596. Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Theodoor\\_de\\_bry.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Theodoor_de_bry.jpg)

Durante a fase inicial do empreendimento colonial espanhol, a mineração estava restrita a metais preciosos de fácil acesso, como, por exemplo, o ouro aluvião<sup>37</sup> e o saqueado dos centros ceremoniais e políticos de povos ameríndios. Somente em 1545, com a descoberta das jazidas subterrâneas de prata em *Cerro Rico*, se passa de uma “mineração como espólio de guerra a uma mineração como uma atividade extrativista racionalizada”<sup>38</sup>. Essa mudança estrutural exigia uma série de obras de infraestrutura urbana e estratégias de uso regular e eficiente de trabalho e energia. Surge, então, “uma nova engenharia simbólica e suficientemente sólida, capaz de produzir as condições de legitimidade moral e política de tais atos”<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> É encontrado na superfície, formados ao longo do tempo em locais onde passa (ou passou) um rio. A força erosiva da água remove a rocha circundante devido à sua densidade comparativamente baixa, enquanto o ouro, mais pesado, resiste a ser movimentado. Normalmente, o ouro aluvião assume a forma de pó, lascas finas ou pepitas.

<sup>38</sup> ARÁOZ, 2017, p. 39

<sup>39</sup> Ibid, p. 40

O recrutamento de grandes quantidades de mão-de-obra, foi resolvido, primeiro, pela *Encomienda* (1540-1570) e depois pela *Mita* (1572), as duas primeiras tecnologias de apropriação em massa e gestão da força de trabalho. O sistema *Mita* envolvia o recrutamento compulsório de um sétimo da população masculina entre 15 e 50 anos; a área geográfica de aplicação estendeu-se por 1.300 quilômetros de norte a sul (entre Cusco e Tarija) e 400 quilômetros de leste a oeste; foram recrutados até 60.000 trabalhadores, dos quais apenas as operações na jazida de Potosí exigiam entre 13.000 e 17.000 *mitayos* por ano, com uma estimativa de 4.600 mitayos diários permanecendo subterrâneos nos túneis. A força de trabalho animal multiplicou várias vezes a humana; um sistema de 13.000 carroças movidas a mulas transportava o minério, desde as zonas de extração até as usinas de beneficiamento e de lá, aos portos que carregavam a prata para Sevilha; estima-se que 350.000 lhamas e entre 80.000 e 100.000 mulas entrassem em Potosí a cada ano, para cobrir as necessidades de renovação do sistema extrativo instalado.

(ARÁOZ, 2017, p. 40)

A exploração do *Cerro Rico* movimentou enormes quantidades de minerais através de uma degradação implacável da vida nativa, combinando ambos em uma matéria a ser processada e consumida em lugares geograficamente distantes das fronteiras extrativistas traçadas nas Américas. Esse sucesso das expedições espanholas foi o que manteve o ímpeto lusitano nas buscas por ouro e metais preciosos. Entretanto, diante dos escassos resultados durante os dois primeiros séculos de ocupação colonial e do crescente interesse de outras potências europeias, como Holanda, França e Inglaterra, que contestavam as disposições do Tratado de Tordesilhas, do qual não eram signatárias, Portugal viu-se compelido a desenvolver uma atividade econômica que compensasse os custos da ocupação colonial. Assim, a experiência portuguesa na produção de açúcar nas ilhas atlânticas e o domínio da indústria de equipamentos para engenhos açucareiros forneceram a base para a expansão do cultivo de cana-de-açúcar no Brasil.

Durante os séculos XVI e XVII, as regiões de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro assumiram um papel de destaque na produção açucareira. Entretanto, as novas dinâmicas geopolíticas e econômicas do período, aliadas ao acirramento da concorrência de outros reinos e, principalmente, à descoberta de ouro e metais preciosos na atual região de Minas Gerais, entre o final do século XVII e início do XVIII, marcaram um momento significativo da história socioeconômica-ambiental brasileira, o início de uma predominância da mineração como a principal atividade econômica da Colônia.

As expedições extrativistas ramificavam-se em uma nova direção, cada vez mais longe do litoral e mais próximas daquela linha traçada em 1494. Assim, o imaginário de

um brilho semelhante ao dos metais preciosos encontrados pelos espanhóis na região dos Andes reorganizava as valorizações capitalistas do empreendimento português na América. Um fluxo material que ligaria as regiões auríferas recém-descobertas até o litoral, onde embarcariam diretamente para a Europa.

O primeiro caminho para a região das Minas Gerais, posteriormente conhecido como Caminho Velho, era uma rota precária e constantemente sujeita a saques. Inicialmente, a capitania do Rio de Janeiro não se beneficiava com as descobertas tão ansiadas pelo Reino, visto que os rebanhos de bois e os comboios de mulas circulavam por caminhos distantes, que chegavam por terra até Paraty e se conectavam com o interior da Baía de Guanabara por um trecho de rota marítima. Tal situação só foi modificada devido à preocupação com a fiscalização e o controle da circulação do ouro, a arrecadação dos impostos e o contrabando frequente.

Foi a abertura de uma nova rota, chamada de Caminho Novo (1707), aquilo que consolidou a vocação marítima e atlântica da cidade. Uma vocação que se fragmentou ao longo do tempo em diversos portos, cais, ancoradouros, trapiches, estaleiros e docas, espalhados pela Baía de Guanabara: a Praia do Peixe, o ancoradouro do Largo do Paço e o Cais Pharoux (localizados na atual Praça XV); o ancoradouro da Praça do Mercado (próxima à Igreja da Candelária); a Ilha das cobras; o Cais do Valongo; o Cais de Brás de Pina, depois conhecido como Cais dos Mineiros (atual região da Leopoldina); as docas do Caju e os armazéns da Avenida do Cais do Porto (atual Avenida Rodrigues Alves).

Após a intensificação da exploração aurífera e a abertura de diversos atalhos ao longo do Caminho Novo, em 1723, moradores das margens do rio Inhomirim reivindicam, através de um requerimento à Coroa, a abertura de uma via alternativa. O chamado Caminho de Proença apresentaria vantagens, como a redução do tempo de viagem (de 15 para 10 dias), devido ao percurso terrestre mais curto e menos íngreme, além de maior disponibilidade de estalagens e pastos.

A partir daí, se consolida um fluxo que ligava o Cais dos Mineiros, entre o sopé do Morro de São Bento e a atual Praça XV, até a região de Vila Rica, atual Ouro Preto, navegando até o fundo da Baía de Guanabara e adentrando, a partir do rio Inhomirim, águas cada vez mais distantes do litoral. Por terra, atravessava a região serrana do município, internando-se cada vez mais em território mineiro.

Além do chamado Cais dos Mineiros, também é preciso lembrar que foi justamente na cidade do Rio de Janeiro em que se construiu o maior porto de entrada de pessoas escravizadas no Brasil e nas Américas. Em 1774, através de uma determinação do Marquês de Lavradio, a chegada e a comercialização de escravizados no Rio de Janeiro, até então localizada na Rua Direita (atual Primeiro de Março), passa, integralmente, para a praia do Valongo. Entretanto, somente em 1811, após a chegada da família real portuguesa — fator que acelerara consideravelmente o fluxo de mercadorias —, é construído um cais e executado o calçamento de um pequeno trecho da praia, ambos em pedra lavrada.

Também é importante lembrar algumas sobreposições ocorridas ao longo do século XIX, estratos de operações moderno-coloniais: em 1831, com a proibição do tráfico transatlântico de escravizados, o Valongo é desativado e a atividade é deslocada para portos clandestinos; em 1843, o cais é aterrado para um novo ancoradouro, conhecido como Cais da Imperatriz, devido à chegada da princesa Teresa Cristina, que mais tarde se casaria com Dom Pedro II; em 1904, a região é completamente aterrada pelas reformas urbanas ocorridas durante o governo de Pereira Passos.

Em 2011, durante as escavações referentes à “revitalização” da zona portuária, com objetivo declarado de preparar a região para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, os dois ancoradouros são redescobertos, um sobre o outro, rodeados por inúmeros artefatos que pertenciam a escravizados que desembarcaram nesse cais: pedras, conchas, ossos, objetos de cerâmica, piaçava, vidro e cobre, fios de contas, cachimbos de barro e restos de metal.

Coisas que contam a história de uma diáspora negra na Baía de Guanabara, tão violenta quanto o derramamento de sangue ameríndio, tão fundacional quanto uma pedra fincada no chão. Vestígios da atuação de uma infraestrutura moderna-colonial, que, ao moer corpos apartados de uma *Humanidade* europeia e explorados como *Natureza*, produziu o aglomerante que assentou as pedras de seus muros mais espessos. Se os fósseis são os vestígios de animais e vegetais preservados em rochas, podemos, então, nos perguntar quais seriam os vestígios deixados pela violência inerente ao aparecimento de uma *arquitetura pétreia* edificada na cidade do Rio de Janeiro.

### 3.3

#### **Arquiteturas pétreas e o ciclo das rochas**

Não me deterei aqui a discutir as teorias dos físicos sobre a origem das rochas: isto é, se o material viçoso originário, decorrente da mistura de água e terra, tenha-se condensado para se converter em blocos de pedra; ou se tem-se compactado por efeito do frio e do calor dos raios do sol, como dizem haver acontecido com as pedras preciosas; ou se, ao contrário, a natureza tenha providenciado a introdução na terra do próprio sêmen da terra, assim como de todas as outras coisas.

(ALBERTI, 2012, p. 84)

Quando o planeta Terra, até então incandescente, começa a solidificar sua crosta, formando as primeiras pedras, inicia-se o chamado ciclo litológico ou das rochas. Um ciclo que continua, ininterruptamente, até os tempos de hoje, 4 bilhões de anos depois. As rochas são uma associação natural de minerais, de tipos variados ou não. Já a análise de suas estruturas internas é aquilo que hierarquiza as suas partes, a grosso modo, em essenciais ou acessórias para a sua classificação científica. Sendo assim, existem três grandes grupos, definidos conforme seu processo de formação: ígneas ou magmáticas, sedimentares e metamórficas.

Os segmentos da crosta terrestre estão em constante movimento, mudando a forma e a posição dos continentes. De maneira resumida, onde as placas se encontram, formam-se novas rochas que substituem as velhas; as que estão na superfície da terra são desgastadas pela ação das intempéries; enquanto aquelas enterradas no interior da crosta têm suas estruturas profundamente alteradas pelo calor e pela pressão.

Considerando uma esquematização do *tempo geológico*, as ígneas ou magmáticas foram as primeiras rochas a se formarem, devido ao resfriamento e à solidificação do magma derretido ou parcialmente derretido. Localizado abaixo da crosta terrestre, este material em estado de fusão pode atravessá-la, por exemplo, ao ser expelido por um vulcão, dando origem às rochas ígneas extrusivas, que se resfriam rapidamente ao entrarem em contato com o ar e o solo da superfície. Caso o magma suba através da crosta, se resfriando ainda dentro dela, formam-se rochas ígneas intrusivas. Classificamos, assim, o granito como uma ígnea intrusiva, e o basalto como uma extrusiva.

Ao contrário dos fluxos extrusivos de lava vulcânica, as massas de rocha que arrefecem ainda dentro do corpo da terra podem esperar por milhões de anos até o seu soerguimento, causado por um lento processo de erosão em seu entorno, ou por uma deformação proveniente de atividades tectônicas. Dado o tempo suficiente, as rochas intrusivas também passam a ficar expostas à atmosfera ou à hidrosfera, e, devido a sua maior resistência ao intemperismo, acabam por formar marcantes paisagens geomorfológicas.

Entretanto, o tempo, assim como o vento, a chuva, o calor e o frio, são implacáveis. Pequenos fragmentos se desprendem de um corpo rochoso e são arrastados para o mar e os fundos de rios ou lagos, se concentrando em grandes depósitos de sedimentos que, camada sobre camada, são enterrados e transformados em novas rochas.

As rochas sedimentares são as mais raras de serem encontradas, conformando somente 5% da crosta terrestre. Formam-se diretamente na superfície, através da degradação de rochas pré-existentes, ou seja, pelo transporte e pela deposição de detritos geológicos e biológicos, ou por acumulação química. Podem ser nomeadas como *detríticas* ou *clásticas*, aquelas que, após a deposição dos fragmentos de outras rochas, normalmente desprendidos pelo efeito da erosão e transportados pelas águas de um ambiente marinho, se acumulam nas regiões mais baixas e passam a ser compactadas pelo peso dos outros sedimentos depositados por cima.

Aquelas que surgem da mesma maneira, mas por meio de restos orgânicos de animais e plantas, ou então por precipitação química, são chamadas de não-detríticas. Podemos destacar, como exemplo de uma rocha sedimentar detritica, o Arenito, formado pela deposição, pela compactação e pela cimentação de areias. Já o calcário e o carvão mineral, formados, respectivamente, pela sedimentação de carbonato de cálcio e por restos soterrados de matéria orgânica, sejam folhas, caules ou troncos de plantas, são exemplos de rochas sedimentares não-detríticas.

Qualquer tipo de rocha que esteja dentro do corpo da terra pode passar por transformações ainda mais profundas do que aquelas causadas em sua superfície, como a erosão de sedimentos, ou pela solidificação de um material em estado de fusão. Refiro-me ao processo de metamorfismo que dá origem às rochas chamadas metamórficas: transformações geológicas ocorridas devido a grandes aumentos de temperatura e

pressão, suficientes para o surgimento de cristais no estado sólido, mas não a ponto de causar uma fusão entre eles. É dessa maneira que um Calcário pode se transformar em um Mármore; um Granito em um Gnaisse; e um Arenito em um Quartzito.

Esses três tipos de rocha estão intrinsecamente conectados entre si por meio de inúmeros processos permanentes de reciclagem, em que a quantidade de matéria na Terra se mantém a mesma. Esses complexos ciclos articulam fragmentos que guardam registros de alterações e fenômenos ocorridos ao longo de um *tempo geológico*. Assim, o ciclo das rochas se configura como uma representação esquemática das possibilidades pelas quais um tipo de rocha pode se transformar em outro, sendo anteriormente sedimento, magma ou solo.

Uma rocha em estado de fusão, um líquido superaquecido que se esfria na superfície, ou enterrada abaixo dela, originando as rochas ígneas ou magmáticas. Uma vez expostas, as rochas são trituradas por agentes atmosféricos e pela erosão, se acumulando em depressões na superfície terrestre. A compactação desse material sólido desagregado é o que gera as rochas sedimentares, que podem ser novamente reduzidas a sedimentos ou serem submetidas a transformações metamórficas. Ao invés de percorrer todas as fases desse ciclo, as rochas ígneas intrusivas podem sofrer metamorfismo antes de seu possível soerguimento, seja erosivo, seja tectônico. Já as rochas metamórficas, quando estão na superfície, sofrem erosão e produzem sedimentos, ou então, se enterradas no corpo da Terra, podem entrar em estado de fusão, transformando-se novamente em rochas ígneas.

Proponho deslocar determinadas arquiteturas para esse tempo de escala não antropocêntrica, um movimento baseado em “uma visão mais modesta do lugar humano no planeta, uma visão que dê mais crédito histórico a um mundo material vivo e inteligente de coisas orgânicas e inorgânicas”<sup>40</sup>. É nesse sentido que Timothy LeCain buscou sugerir algumas formas de reabilitar novos materialismos, nas quais coisas — como as pedras — possam ser não somente atores, mas narradores de uma compreensão pós-antropocêntrica do passado, do presente e do futuro.

O que os seres humanos fizeram, e quando o fizeram pela primeira vez, para se tornarem não-naturais? Todos reconhecem, é claro, que os humanos modernos têm corpos mais ou

---

<sup>40</sup> LECAIN, 2017, p. 329

menos naturais, apesar de alguns joelhos de titânio ou dentes de cerâmica. E ninguém questiona que dependemos de coisas e processos naturais para sobreviver – basta tentar cultivar milho sem sementes de milho. Mas sendo as únicas criaturas que constroem imponentes cidades de concreto, explodem bombas atômicas e reescrevem o código genético, também parece óbvio que os humanos são muito diferentes de todos os outros animais ao seu redor. [...] Dada a importância desta questão para o nosso sentido do que significa ser “humano”, você seria perdoado por presumir que existe uma resposta clara. Mas você estaria errado. Parte do problema é que as nossas definições de “natural” ou “não natural” são irremediavelmente circulares. Algo é natural porque existe ou acontece sem qualquer envolvimento humano – porque provém de uma natureza não humana separada. [...] Ainda assim, a maioria dos antropólogos concordam numa coisa: que em algum momento no passado, os nossos ancestrais começaram a fazer algumas coisas incomuns. Eles fizeram ferramentas de pedra. Eles pintaram quadros e criaram símbolos. Exploraram o seu ambiente de formas que exigiram previsão e planeamento.

(LECAIN, 2017, p. 67 – 68)

Partindo da necessidade de se abandonar uma insustentável divisão moderna, que classifica aquilo que é natural e o que é antropogênico, LeCain nos apresenta a possibilidade de se pensar um único “ambiente material”, onde se enfatiza o “dinamismo criativo de uma matéria biótica e abiótica”, presente principalmente em suas interações com humanos. Trata-se, em certa medida, de uma transformação daquilo que se convencionou chamar de *cultura*, antes entendida como um fenômeno abstrato e exclusivamente relacionado ao engenho humano, mas que, na verdade, está intrinsecamente conectado com o mundo material do qual emerge. É esse entendimento que, segundo o autor, define “o fim do antropocentrismo” como algo a ser perseguido por historiadores e humanistas no geral, reservando cada vez mais espaço para organismos e coisas não-humanas dentro das novas narrativas propostas<sup>41</sup>.

Seguindo aquilo que foi proposto por Aráoz, ao tentarmos encaixar não somente o humano, mas também alguns fragmentos de suas *arquiteturas pétreas* dentro dos ciclos mineralógicos e geológicos da terra, podemos nos perguntar, por exemplo, como se sedimentou uma visão de mundo pautada por um extrativismo incontrolável, ou ainda, como o fincar de uma pedra fundacional pode solidificar uma invenção moderna-colonial. Assim, o Rio de Janeiro se apresenta como a possível “pedra-chave”<sup>42</sup> de um arco simbólico, cujas pedras se deslocam entre o extrativismo e o arquitetônico.

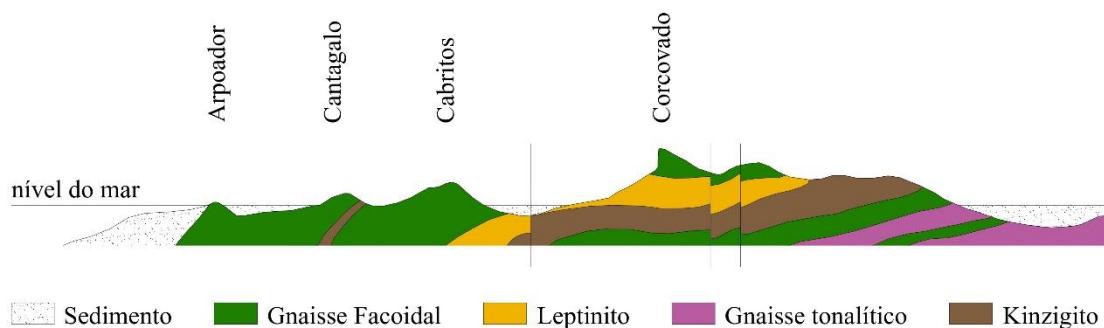
---

<sup>41</sup> Ibid, p. 20

<sup>42</sup> Peça central em cunha que compõem a zona curva de um arco. É constantemente decorada por razões estéticas e simbólicas.

Pode-se dizer com propriedade que o Rio de Janeiro foi construído com as mesmas pedras do Pão de Açucar e do Corcovado. [...] Três tipos de gnaisses foram expressivamente utilizados: o gnaisse leucocrático, denominado Leptinito, de coloração clara, levemente amarela e de granulação fina; o gnaisse kinzigítico, chamado de kinzigitto, de coloração escura com característicos megacristais de granada, faixas de quartzo e cristais de cordierita azul; e o mais icônico de todos, o *augen gnaisse*, também chamado de facoidal, com grandes cristais de feldspato margeados por camadas deformadas de biotita, formando uma textura que parecem olhos e que ficou conhecida como a mais carioca das rochas.

(CASTRO; MANSUR; FRASCÁ, 2021, p. 523)



**Figura 11:** “Perfil geológico do Arpoador ao Maracanã”. Claudio Valeriano, 2007. Fonte: Imagem feita pelo autor a partir do original.

Podemos dizer que as arquiteturas pétreas, de onde se desenrolam as considerações deste trabalho, estão conceitualmente próximas daquilo que Cristina Parreño Alonso chamou de “arquitetura em tempo profundo”<sup>43</sup>. Ao retomar a ideia de fluidez material e energética de um objeto historicamente representado como algo sólido e estático, a autora argumenta que a arquitetura pode ser entendida como uma prática material que abrange vastos períodos temporais, conectando as ações humanas com o passado profundo da Terra e com seus diversos futuros possíveis. Portanto, nesses termos, a matéria-prima que edificou as arquiteturas pétreas seriam diferentes “imagens do planeta se movendo em um tempo profundo”<sup>44</sup>.

O tempo geológico profundo sugere escalas temporais de observação sob as quais todos os materiais sólidos adquirem o potencial de se manifestarem como fluidos. Na verdade, observada através de escalas de tempo profundas, a configuração aparentemente fixa dos continentes da Terra está em constante movimento. [...] Isto sugere a possibilidade de

<sup>43</sup> PARREÑO ALONSO, 2021

<sup>44</sup> Ibid, p. 142

uma *arquitetura de tempo profundo* que abraça plenamente a tectônica em seus múltiplos significados: tectônica na arquitetura, como a ciência da construção e técnicas de montagens de materiais, e tectônica na geologia, como a estrutura da crosta da Terra, seus processos e sua evolução ao longo do tempo. [...] A *arquitetura em tempo profundo* segue a premissa de que, como atores geológicos que nos tornamos, os arquitetos devem desenvolver uma profunda alfabetização em tempo geológico para se tornarem verdadeiros assistentes planetários; e que pensar a arquitetura na radical escala de tempo do planeta tornou-se um imperativo ético premente que mudará a forma como projetamos no curto prazo. Numa época em que a arquitetura está a fazer intervenções cada vez maiores nas escalas de tempo superficiais e profundas da Terra, a construção precisa desenvolver uma relação diferente com o tempo, uma relação que dê conta de sua condição ecológica essencial como um evento material de tempo profundo: um que expande radicalmente os prazos perceptivos da arquitetura, abrangendo os profundos recursos geológicos dos quais ela se baseia. A *arquitetura em tempo profundo* requer uma reavaliação acadêmica da disciplina, uma nova abordagem para analisar “o construído” e pensar a história da arquitetura. [...] A *arquitetura em tempo profundo* também é um apelo para que os arquitetos começem a atuar de acordo com escalas temporais muito mais amplas, abraçando a prática material da arquitetura na sua relação com a Terra. Estabelecendo assim um modo de pensar, projetar e fazer onde os arquitetos também são responsáveis pela crise ecológica provocada pelas conquistas tecnológicas e capazes de redirecionar o longo curso dos “eventos materiais” planetários no tempo profundo.

(PARREÑO ALONSO, 2021, p. 142 – 144, tradução nossa)

Entretanto, ao contrário da perspectiva transtectônica de Parreño, apresentada de maneira abrangente, as arquiteturas pétreas a que me refiro estão umbilicalmente ligadas à fundação e à colonização da cidade do Rio de Janeiro; seus fragmentos estão amalgamados com os restos humanos triturados por ferramentas escravagistas e exploratórias; suas fundações estão enterradas em um chão ancestral, de múltiplas camadas geológicas e insistentemente metamórfico. Utilizando as palavras de Luiz Antonio Simas, é essa potência transformadora de uma cidade que se reinventa “nas frestas do mundo”<sup>45</sup> aquilo que impulsiona este trabalho.

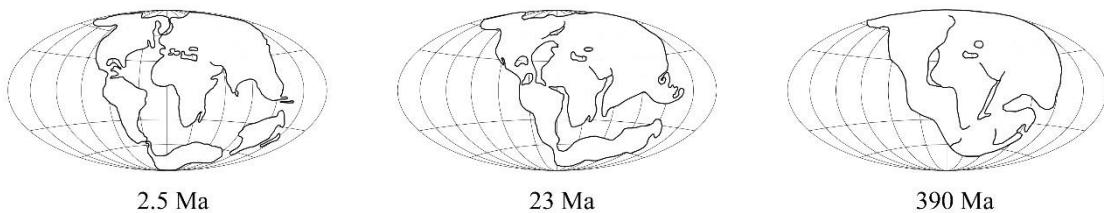
A relevância de se analisar, a partir do relevo carioca, os minerais que não sejam combustíveis ou metais preciosos, está na possibilidade de evidenciar um extrativismo de menor ou maior escala, o aspecto imutável de qualquer processo construtivo. Um arco narrativo que pode ser manipulado tanto para suprimir a responsabilidade de quem participa da concepção do “ambiente construído” quanto para questionar se a melhor contribuição possível, vinda do campo da arquitetura como disciplina, não seria a consciência de sua responsabilidade dentro da trama de fluxos que desenham a lógica necessária para a criação e a manutenção de cidades.

---

<sup>45</sup> SIMAS, 2019, p. 82 - 84

Entre esses dois polos, as arquiteturas pétreas no Rio de Janeiro se apresentam como uma oportunidade metamórfica que atua por entre as falhas, as frestas ou as lacunas de uma narrativa moderno-colonial. Se “o mapa do ambiente construído precisa ser enormemente expandido para incluir um mapa de todas as lacunas no solo, no subsolo, nas florestas e no fundo dos oceanos”<sup>46</sup>, conforme afirmou Mark Wigley, quão contraditório seria imaginar que as marcas desses gestos estereotômicos poderiam orientar um levante de caráter tectônico? Assumir que os diversos processos construtivos-destrutivos executados por meio de ferramentas humanas alcançaram uma dimensão planetária também é assumir a possibilidade de articular a esculturação do relevo com o fazer arquitetônico. Portanto, como ritualizar a “devolução” dessa matéria de volta para o corpo da Terra? Quais seriam as possibilidades não antropocêntricas, os diálogos e as fabulações que convocam humanos e não humanos de trajetórias e perspectivas distintas?

Nesse sentido, aprendendo com o metamorfismo das rochas cariocas, apostamos que a aproximação de ações e gestos humanos com movimentos tectônicos de longa duração também nos aproximaria de uma certa “reativação do animismo”<sup>47</sup>, conforme apontado por Isabelle Stengers: uma ferramenta a serviço da recuperação de “agenciamentos que geram transformações metamórficas em nossa capacidade de afetar e sermos afetados — e também de sentir, pensar e imaginar”<sup>48</sup>.



**Figura 12:** “Reconstruções do mapa terrestre de acordo com a teoria da deriva continental em três tempos”. Alfred Wegener, 1915. Fonte: Imagem feita pelo autor a partir do original.

<sup>46</sup> WIGLEY, 2021, p. 47

<sup>47</sup> O animismo é a cosmovisão em que entidades não humanas possuem uma essência espiritual, portanto, segundo esta visão de mundo, não existe uma separação entre o físico (ou material) e o espiritual. Ou seja, o dualismo cartesiano não se aplica as características geográficas como as montanhas e os rios.

<sup>48</sup> STENGERS, 2017, p. 15

No caso do Rio de Janeiro, como podemos nos deixar afetar por movimentos que ocorrem desde a era Paleozoica, há aproximadamente 500 Ma? A formação de um relevo, mesmo que mutilado pela extração de *fragmentos pétreos*, se relaciona, direta ou indiretamente, com o movimento de crátuns<sup>49</sup> variados, porções mais antigas e espessas da litosfera que podem ser consideradas como extensos arquivos geológicos da história da Terra. Um exemplo claro dessa relação é o fato de que, durante o processo de formação do supercontinente *Gondwana*, assim como na sua fragmentação através da abertura do Oceano Atlântico, grandes porções de magma, desprendidas do interior da terra, originaram as formações rochosas em granitos e gnaisses que hoje ocupam os principais cartões postais da cidade, construídos ou não.

Na dimensão quase incompreensível de um profundo tempo geológico, reverbera, portanto, uma pergunta central para este trabalho: em uma escala cronológica de bilhões de anos, onde podemos assentar, ou melhor, sedimentar as análises relativas ao objeto arquitetônico?

---

<sup>49</sup> Estruturas geológicas de longa estabilidade tectônica. Geralmente estão localizadas no interior das placas tectônicas, tendo frequentemente sobrevivido a ciclos de abertura e fechamento continentais.

4

## Dobras antrópicas e geológicas de um outeiro na Glória



**Figura 13:** Colagem interior da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Caio Rechuem, 2024.

Desapareceram os vestígios do Rio provisório de 1565, a par do Pão de Açúcar; desapareceram os vestígios do Rio oficial de 1567, sobre o Morro do Castelo, ora arrasado: subsiste, felizmente o Uruçumirim, o Leripe, o Outeiro da Glória, dominando a várzea do Catete, ou Carioca, boqueirão, osteira, por isso praia da Carioca ou da Glória, onde hoje estão os Jardins da Glória e a Praça Luis de Camões, logradouro também conhecido como Praia do Russel... Áí foi o começo do Rio de Janeiro e hoje é só o que resta do Rio inicial, efetivo, definitivo, em torno do Outeiro da Glória... Os Gregos chamavam a esses lugares centrais da vida de Delphos, “umbigo”. Nós, com a autonomia da vida, “cabeça” ou “coração”... O coração do Rio de Janeiro é a Glória.

(PEIXOTO, 1943, p. 11 – 12)



**Figura 14**

## 4.1

### **Gruta em cantaria: as marcas do fincar simbólico de uma pedra**

Chama-se outeiro — assim como morro, colina e monte — uma pequena elevação de um relevo, de estratos sobrepostos e deformados ao longo do tempo, por ações tectônicas, erosivas ou antrópicas. No Rio de Janeiro, foi primeiro *Uruçumirim*, do Leripe e depois da Glória.

Existe algo de particular na relação entre a cidade e algumas das partes mais espessas do chão que ela ocupa, com especial destaque para seus maciços costeiros que se levantam em meio a uma região plana. Essas elevações de superfícies sólidas e irregulares, compostas por minerais e solos diversos, forneceram, dentre outras coisas, a matéria rochosa para a *construção-destruição* de uma *cidade-pedreira*, fragmentada tanto em suas inúmeras *arquiteturas pétreas*, quanto em seus vazios residuais, ambos intimamente ligados à atuação de uma indústria extrativista. Com o intuito de recontar esse processo fundante da cidade do Rio de Janeiro, este trabalho pretende partir — repetidas vezes e por diferentes caminhos — de um importante vestígio histórico, geográfico e arquitetônico: o outeiro da Glória.

Não nos interessa pensar esse “princípio” dentro de uma perspectiva linear, hegemônica e muito menos heroica. O olhar para o outeiro, sua igreja (c. 1730) e seu acesso (c. 1960), feito por rampas, escadas e platôs, está atrelado à possibilidade de articular coisas temporalmente distantes, dobrar estratos contraditórios e metamorfoseá-los em considerações futuras. Recontar a história de uma cidade seguindo os fluxos de um material extraído e manipulado, é, antes de qualquer coisa, afirmar que ela poderia ser contada de diversas outras maneiras, através de muitas ferramentas e incontáveis matérias.

Algumas versões tentaram reconstituir o início do culto à Nossa Senhora da Glória no outeiro que mais tarde levaria o seu nome. Uma delas nos conta que teria começado em 1608, quando um “certo Ayres”<sup>50</sup> colocou uma pequena imagem da santa em uma gruta, aberta pela lenta erosão de seu corpo rochoso ou através das falhas ocorridas

---

<sup>50</sup> FREIRE apud PEIXOTO, 1943, p. 12

durante a formação de sua estrutura geológica. Apesar de ser mencionada em algumas importantes pesquisas sobre o tema, como a de Afrânio Peixoto<sup>51</sup>, publicada pelo SPHAN em 1943, essa versão encontra pouco respaldo historiográfico<sup>52</sup>. Inicialmente difundido pelo devocionário do Cônego Francisco Freire, datado da primeira metade do século XIX<sup>53</sup>, esse imaginário se solidificou com o romance de José de Alencar<sup>54</sup>, originalmente publicado em 1873.

Nele, o autor sedimenta, de maneira romanceada, os possíveis antecedentes que levaram à construção da Igreja da Glória, depositando uma série de fragmentos ficcionais em meio aos vazios que sobram entre as histórias contadas. Nesse caso, o vazio é delimitado pelo surgimento de uma outra versão que, se comparada à primeira, apresenta um maior número de fontes documentais<sup>55</sup>. Esse limite especulativo começa a ser demarcado ainda no final do século XVII, quando Antônio de Caminha constrói uma precária ermida de taipa, exatamente no mesmo lugar onde hoje se encontra a igreja de pedra.

A tradição a que José de Alencar deu voz na sua novela “O ermitão da Glória” e principalmente os documentos que investigou o Dr. Vieira Fazenda depõem que o rei Antônio Caminha, de Aveiro, vivendo apartado e vestido com o hábito de terciário de São Francisco, possuidor de bens (como por exemplo as terras em que depois se levantou o Convento da Ajuda e a atual Cinelândia), pai de família, com um filho padre, de nome João, e uma filha casada, de nome Antônia, edificara, em 1671, modesta ermida sobre o outeiro da Glória. Em 1699 o Dr. Cláudio Grugel do Amaral fez a doação do referido morro para nele edificar-se uma ermida que fosse permanente, onde teriam acolhida seus despojos mortais e os de sua família. A igrejinha atual seria do decorrer do século XVIII, diz Freire.

(PEIXOTO, 1943, p. 13)

Caminha também foi o responsável por esculpir em madeira a imagem da santa que se venerava no local e que, mais tarde, seria replicada em uma segunda escultura, enviada para Portugal, como um presente a ser oferecido ao rei D. João V. Entretanto, a embarcação que levava a escultura acabou naufragando, o que fez com que ela fosse levada pela correnteza até uma praia em Lagos, no Algarve, onde foi recolhida e guardada

<sup>51</sup> PEIXOTO, 1943

<sup>52</sup> SILVA TELLES, 1969, p. 59 – 60

<sup>53</sup> Livro de preces devotas. Ver PEIXOTO, 1943, p. 12 – 13

<sup>54</sup> ALENCAR, 2014

<sup>55</sup> SILVA TELLES, 1969; PEIXOTO, 1943

por frades capuchinhos. Já no século XX, após o desaparecimento da escultura original, a demolição da ermida e a construção da igreja, fez-se uma modelagem a partir da réplica que chegou, a duras penas, em Portugal. Essa nova cópia foi trazida para o Rio de Janeiro e colocada em um outro nicho, dessa vez aberto em uma alvenaria de pedra e inaugurado em 1942, entre as duas escadas em cantaria que levam ao adro da igreja construída na primeira metade do século XVIII<sup>56</sup>.

Alencar escolheu ficcionar no vazio entre os protagonistas dessas duas versões, conectando Ayres de Lucena — personagem inspirado naquele que teria encontrado a gruta — e Antônio de Caminha, onde o posto de “ermitão da Glória” é passado dramaticamente de um para o outro. Este trabalho escolhe especular, de modo menos romanceado e mais insurgente, entre uma gruta de idade geológica e uma igreja setecentista, ou melhor, entre a relação humana com o relevo e os fragmentos lacunares de uma *arquitetura pétreas*. Nesse sentido, não nos interessa uma imagem arquitetônica a ser cultuada e, sim, um espaço que se abre como consequência ou possibilidade.

As origens da arquitetura são associadas a uma série de narrativas sobre a caverna, o menir e a cabana, representações históricas da arquitetura como abrigo, símbolo ou edificação. Ainda que a imagem primitivista de uma cabana efetivamente edificada tenha fomentado a maior parte dos desdobramentos arquitetônicos<sup>57</sup>, a caverna e o menir representam uma certa essência canônica: um abrigo escavado por forças geológicas e ocupado diante dos perigos externos, e o levantamento simbólico de um elemento material; uma necessidade vital e o mais simples dos gestos construtivos. Entre esses dois polos, estaria resumido todo o conceito e o desenvolvimento histórico daquilo que se convencionou chamar de arquitetura.

O surgimento de *arquiteturas pétreas* no Rio de Janeiro está invariavelmente atrelado à figura do colonizador europeu, que, desde o final do século XV, desembarcou em diversos pontos de um vasto continente, tão edêntico quanto perigoso, ainda inalcançável às suas práticas de exploração. Portanto, se os fundadores lusitanos se protegeram militarmente pelas encostas do Pão de Açúcar e do Morro da Urca, suponho, de modo similar, que essa “religião moderno-colonial” se abrigou inicialmente em uma gruta, uma caverna ou em qualquer outro nicho em meio a um terreno rochoso. Ali,

---

<sup>56</sup> SILVA TELLES, 1969, p. 60 – 61

<sup>57</sup> OLIVEIRA VIANA, 2020

projetou um espaço universal que se abre a partir de processos concomitantes de violência, aprimorou suas técnicas escravagistas e talhou os primeiros blocos escalares de uma *cidade-pedreira*. Em outras palavras, cultuou uma lógica cegamente extrativista que se alastra até os dias de hoje. Assim, o espaço de uma gruta se transforma em um nicho em cantaria, aberto aos pés do Outeiro da Glória.

Ao considerarmos a provação feita por Fernando Luiz Lara, de que “o surgimento da arquitetura como disciplina singular e a colonização do continente americano não são meras coincidências cronológicas, mas, sim, variáveis interdependentes de um único processo de modernização”<sup>58</sup>, abre-se uma possibilidade de reler, por meio de uma perspectiva decolonial, a história da cidade e da própria arquitetura. Através dela, seria possível articular outras provações narrativas a partir da cidade do Rio de Janeiro, metamorfismos capazes de transformar supostos princípios arquitetônicos em novas associações que tensionem sua relação com o extrativismo. Uma relação que, dentre outras coisas, pode ser articulada com as interseções entre a ocupação espacial das Américas e o chamado Renascimento, marcado arquitetonicamente, pela cúpula de Brunelleschi (1446), organizada e representada de forma racional, como um modo de edificar que caracterizou a passagem dos anos quatrocentos aos quinhentos.

Vasari foi o primeiro a observar que a cúpula de Santa Maria del Fiore não devia ser relacionada apenas ao espaço da catedral e seus respectivos volumes, mas ao espaço de toda a cidade, ou seja, a um horizonte circular, precisamente ao perfil das colinas em torno de Florença: "Vendo-se ela elevar-se em tamanha altura, que os montes ao redor de Florença parecem semelhantes a ela." Portanto, também está relacionada ao céu que domina aquele horizonte de colinas e contra o qual "parece que realmente combata" — "e, na verdade, parece que o céu dela tenha inveja, pois sem cessar os raios todos os dias a procuram". Na época de Vasari, era frequente o tema retórico da inveja da natureza em relação à arte que a emula e supera; mas essa história dos raios que todos os dias batem nela, se é que pode ter algum fundamento nos fatos, trai a tradição popular, que, de um lado, elogia a resistência material da cúpula e, de outro, faz referência a seu sentido ou significado cósmico. Esta não é a única referência, de resto nem um pouco surpreendente, a um simbolismo cósmico e religioso da cúpula.

(ARGAN, 1998, p. 95)

Essa cúpula “mais histórica do que mecânica<sup>59</sup>”, que extrapola suas formas e suas dimensões, deixa de fazer parte somente do espaço da igreja e se transforma em uma

---

<sup>58</sup> LARA, 2020, p. 42, tradução nossa

<sup>59</sup> ARGAN, 1998, p. 99

estrutura que cobre toda a cidade, de maneira representativa e simbólica, como um “aparato perspéctico e experimental<sup>60</sup>”. Atualmente, soterrados pelos problemas ambientais de um tempo antropocêntrico, o tema retórico da inveja da natureza em relação à arte que a supera, sentida pelos céus e causadora dos raios que atingem a cúpula simbólica, dá lugar à urgência de segurar o próprio céu para que ele não desabe sobre nossas cabeças. Esse céu xamânico, conforme nos apresentou Davi Kopenawa, é sustentado por uma grande floresta e ameaçado pelo extrativismo industrial<sup>61</sup>. É nessa direção em que gostaria de retomar o gesto que precede o levante de uma *arquitetura pétreia* na cidade do Rio de Janeiro.



**Figura 15:** Marco de fundação da Cidade do Rio de Janeiro, atualmente na igreja de São Sebastião dos Capuchinhos. Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marco\\_cidade\\_rio\\_janeiro.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marco_cidade_rio_janeiro.jpg)

Um gesto que produziu monumentos neolíticos em pedra, cravados verticalmente no solo. Erguidos por diferentes culturas em diferentes períodos ao redor do mundo, não existe um consenso quanto às motivações que levaram a seu surgimento — destinados a

<sup>60</sup> Ibid, p. 97

<sup>61</sup> KOPENAWA; ALBERT, 2015

possíveis rituais de fertilidade, análises astronômicas, comemorações em geral ou, simplesmente, como um instrumento de mediação e orientação do humano no espaço. O que pretendo sugerir é que esse movimento de cravar uma pedra no chão, durante o período das chamadas grandes navegações (séculos XV – XVI), carregou um simbolismo pautado pela ideia de que seria possível não somente conquistar e catequizar esse novo mundo, mas também *prospectar, extraír, triturar e comercializar seus fragmentos*.

A soberania portuguesa, levada para terras distantes pelas embarcações que cruzaram o Atlântico, foi simbolicamente representada pelos chamados padrões. Ao serem fincados nas terras ocupadas, esses padrões marcavam a propriedade de uma fundação e representavam o direito de posse sobre tudo aquilo que pudesse ser extraído. Na região da Guanabara, não foi diferente. Estácio de Sá, enviado pelo então governador-geral, desembarcou em uma curta faixa de areia no atual bairro da Urca com o objetivo de expulsar os fundadores da França Antártica, fixados na ilha de Serigipe — hoje conhecida como ilha de Villegagnon. A derrota militar da ameaça franco-tamoia é a conquista fundacional da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, representada por uma outra espécie de menir, um marco zero cravado diretamente no solo, feito em granito e medindo aproximadamente dois metros e meio de altura, com relevos talhados em ambas das suas faces. Em uma delas, o brasão de armas do império português, que remonta a uma antiga tradição heráldica; na outra, a cruz da Ordem de Cristo, também pintada nas velas das embarcações lusitanas.

Apesar de uma crescente atenção aos materiais e às suas manipulações simbólicas, é curioso pensar que as narrativas que buscaram recontar as origens da Arquitetura pouco se atentaram para um aspecto fundamental que possibilitou a transformação de uma cabana em uma casa de materiais duráveis, ou, então, nas palavras daquele que liderou as primeiras missões jesuíticas na América: “em uma igreja mais dura<sup>62</sup>”. Em certa medida, foi o extrativismo e o trabalho racionalizado que solidificou o abrigo de uma autonomia arquitetônica. Questionar essa origem é evidenciar a necessidade de “uma arquitetura baseada no cuidado: pelas pessoas, recursos, materiais e ambientes — e com a própria civilização, com as impensáveis expansões de temporalidades que a envolvem<sup>63</sup>”.

---

<sup>62</sup> LEITE, 1940, p. 26

<sup>63</sup> GRIMA, 2021, p. 21, tradução nossa

o verdadeiro valor se tornará mais evidente à medida que a arquitetura passar do aspecto curativo para o preventivo em sua relação com os problemas sociais. há, claro, um futuro para arquitetos, mas quanto à profissão - isso depende de sua utilidade.

(PRICE, 1981 apud GRIMA, 2021, p. 12, tradução nossa)

Ao invés de investigarmos uma “imaginária cabana primitiva” e seus desdobramentos, proponho deslocar nossas ferramentas projetuais em direção aos pés — ou à boca — de inúmeras pedreiras históricas localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Diante dessas monumentais marcas extrativistas, como afiar tais ferramentas? Como metamorfosear o instrumento servil de um processo de dominação, extração e destruição em escala global, submisso à lógica capitalista e representado pela indústria da construção civil?



**Figura 16:** “Vista da montanha do Corcovado e do bairro do Catete. Tomada da pedreira”. Johann Moritz Rugendas, 1835. Fonte: Coleção Brasiliana Itaú.

Durante seus esforços historiográficos, de interpretação e crítica a respeito do continente americano como uma invenção europeia, o historiador Edmundo O’Gorman

escolheu utilizar uma “pedreira de matéria cósmica<sup>64</sup>” como uma alegoria para a erosão da antiga teoria da ilha da Terra — único amontoado de terra destinado à humanidade. Segundo o autor, foi a partir dessa atividade que toda uma cultura ocidental “pode esculpir seu mundo, dependendo não da permissão divina, mas exclusivamente por sua iniciativa própria, ousadia e habilidade técnica<sup>65</sup>”. Assim, o oceano passa a ser uma via de tráfego, e não um limite, em que o extrativismo exploratório se espalha livremente, como o lastro de uma embarcação moderna-colonial. Entretanto, se as *arquiteturas pétreas* foram edificadas a partir de fragmentos cósmicos, conforme sugeriu O’Gorman, imaginar seus metamorfismos é imaginar recordações fictícias, que talvez possam se levantar por entre as falhas geológicas de um mundo antropocêntrico.

---

<sup>64</sup> O’GORMAN, 1958, p. 129 apud LARA, 2020, p. 75, tradução nossa

<sup>65</sup> Ibidem



**Figura 17**

## 4.2

### **Vigília por entre os coruchéus: existe um medo arquitetônico?**

Um vigílante sobe pela escada circular que, por meio de um baluarte à maneira dos fortões e fortalezas, dá acesso ao terraço da igreja. Além da cruz em cantaria e do topo da torre sineira, localizadas em lados opostos, cada um dos vértices da superfície que cobre a capela-mor é pontuado por um coruchéu de pedra. Por entre esses elementos estruturais e estéticos, que comprimem os pilares e os arrematam plasticamente, uma importante vigília se mantinha atenta à entrada da Baía de Guanabara.

Caso alguma embarcação estranha passasse pelo alinhamento das fortalezas de Santa Cruz (1555 – 1632) e de São João (1565 – 1618), construídas uma em cada margem da entrada da baía, esse mesmo vigilante corria até a torre sineira e executava, rapidamente, um toque de calamidade para alertar a população.

A cada embarcação que apontava na entrada da baía, a primeira reação era de ansiedade e dúvida: quem vinha lá? Amigo ou inimigo? Se a embarcação inimiga, reacendiam-se o medo, a angústia e o pânico; se amiga, o alívio e a alegria. Nesse balouço dos humores das relações diplomáticas, nesse pendular sentimento de amizade e ódio, cresceu a população, e com ela a cidade. Não é outra a razão de, na encruzilhada de um partido urbanístico a ser tomado, ter prevalecido o viés militar da fortificação e da defesa; e, no planejamento das políticas públicas, ter dominado a preocupação com a segurança interna e externa da região.

(CAVALCANTE, 2015, p. 51)

Durante o século XVIII a cidade do Rio de Janeiro vivia sob a constante ameaça de uma invasão corsária e, portanto, os sinos das igrejas — e particularmente os da Nossa Senhora da Glória do Outeiro —, além de chamarem os devotos para as mais diversas ações litúrgicas, também cumpriam essa importante função militar. Em geral, as igrejas possuem três sinos de diferentes tamanhos, e a combinação entre eles é o que forma a melodia dos seus diversos toques. O de calamidade, por sua vez, é executado a partir de badaladas com curtos intervalos entre si, alternando entre os dois maiores sinos<sup>66</sup>. Esse

---

<sup>66</sup> ALVIM, [s.d.] Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/sinos.html>

era o som que ecoava através do sentimento que acompanhou a cidade desde a sua fundação.

Os homens que vieram para fundar uma nova cidade sabiam que as mesmas mãos que usariam para construir a igreja, o prédio público e a residência se levantariam para matar e ferir outros homens com dureza belicosa. Na paz seriam construtores, na guerra, soldados. Esse foi o começo da cidade do Rio de Janeiro, amesquinhada no interior de uma paliçada de barro, situada inicialmente no sopé do morro Cara de Cão, com sua população acuada face à ameaça constante de ataque dos inimigos franceses e tupinambás.

(CAVALCANTE, 2015, p. 49)

O medo inicial do ataque franco-tamoio; o medo de inimigos ocasionais, fruto das relações políticas da coroa portuguesa; o medo do antagonismo na relação senhor-escravo, na qual os quilombos surgiam como uma espécie de levante coletivo; ou até mesmo o medo das doenças que se proliferavam pelas condições ambientais adversas que envolviam a cidade. Fragmentos de uma “muralha do medo”, que, conforme demonstrou o historiador Nireu Cavalcante, delimitou partes importantes de tudo aquilo que está intramuros — e, consequentemente, sobre um imaginário interno sobre o que está extramuros —, ou seja, coisas que, apesar de serem bastante complexas e profundamente hierarquizadas, invariavelmente, dizem respeito à relação humana e não-humana com a urbe.

Após os sucessivos ataques corsários que culminaram na invasão de 1711, a sedimentação desse imaginário virou projeto e, de fato, se consolidou como uma espessa muralha de pedras<sup>67</sup>, com fragmentos cimentados por uma “liga de massa forte e preta, de aparência pouco sólida”<sup>68</sup>. Idealizada por João Massé, engenheiro militar francês a serviço da coroa portuguesa, teve uma implantação bastante controversa ao considerar que o espaço a ser protegido seria uma estreita faixa de terreno que corria junto ao mar, desde o sopé do morro do Castelo até o morro da Conceição.

A grande desconfiança mediante o percurso proposto passava pelo fato de que um trecho do morro de Santo Antônio, situado em uma cota mais alta do que a muralha,

<sup>67</sup> Tinha uma espessura de aproximadamente 3,08m, elevada a uma altura de 1,76m e, em poucos pontos, de 2,20m. Conforme relatado durante a gestão do governador Antônio de Brito de Menezes (1716 – 1719). Ver: CAVALCANTE, 2015, p. 64

<sup>68</sup> FERREZ apud CAVALCANTE, 2015, p. 64

ficaria de lado de fora, onde os inimigos poderiam facilmente, acessar e bombardear o lado de dentro. Além disso, áreas de produção agrícola e o aqueduto também ficariam na parte externa, facilitando um possível corte de grande parte do abastecimento de alimentos e água na cidade. Tamanhas eram as críticas ao projeto que vinha sendo executado que uma nova proposta foi enviada à corte portuguesa, dessa vez idealizada por Luis Vahia Monteiro, então governador da capitania do Rio de Janeiro (1725 – 1732). Tratava-se da criação de um canal navegável que ligaria a lagoa do Boqueirão, localizada entre o morro do Castelo e o outeiro da Glória, onde hoje se encontra o Passeio Público (1779 – 1783); até o Saco de São Diogo, aterrado no século seguinte, durante a construção do canal do mangue (1857 – 1860). Entretanto, o projeto de transformar toda a região central em uma grande ilha foi negado pela coroa, e a construção da muralha seguiu.

Aos poucos, se materializava uma linha divisória que tentava definir dicotomicamente os territórios como dentro (cidade) e fora (arrebalde), desencadeando uma nova hierarquização valorativa do espaço. Os logradouros internos eram mais valorizados à medida que se afastavam da muralha, já do lado de fora, em um processo inverso, quanto mais próximo da muralha, mais cobiçado se tornava o terreno ou o imóvel.

Além de não convencer a população sobre a sua utilidade, a muralha também não conseguiu mobilizar a administração municipal, que se via prejudicada com a criação de uma faixa de terreno livre em seu entorno, algo que afetaria diretamente a arrecadação de foros. Não demorou para que essa faixa, onde era proibido edificar, fosse completamente desrespeitada por casas sendo construídas cada vez mais próximas da muralha, até que, finalmente, algumas passaram a utilizá-la como uma das suas próprias paredes. Com o passar do tempo, essa muralha nunca terminada foi sendo “destruída pelos que dela retiravam pedras para suas construções, sem encontrarem resistência alguma por parte das autoridades”<sup>69</sup>.

Pedras previamente amalgamadas pelo medo de caráter militar metamorfoseado em arquitetura civil e religiosa, que se fecha em si e se arma contra os outros, mas que, acima de tudo, tenta inutilmente se separar do ambiente ao qual está intrinsecamente ligada. Não somente através de uma divisão entre interior e exterior, mas entre arquitetura e uma matéria viva, extraída e manipulada sob diferentes contextos. Nesse sentido,

---

<sup>69</sup> CAVALCANTE, 2015, p.66

escrever a partir de uma determinada *arquitetura pétreia* edificada no Rio de Janeiro também é escrever a partir de seus respectivos vazios, enchê-los de significados estratégicos e cartografar suas dimensões simbólicas. Uma escrita que, ao olhar para a exploração de inúmeras pedreiras abertas tanto em solo *carioca* quanto estrangeiro, busca contribuir com uma discussão, ainda que preliminar, sobre o “truque paradoxal” que determina a forma arquitetônica, conforme definiu Mark Wigley:

Um edifício, como qualquer outro organismo, é por definição feito a partir de seu exterior. A forma e as características visíveis provêm do *truque paradoxal* de usar parte do exterior para manter o resto do exterior do lado de fora. O exterior é mantido à distância com materiais extraídos do mundo, agora tratado como uma ameaça externa. O sentido mais simples de abrigo envolve uma extração para fazer uma defesa contra o exterior que está sendo extraído. Ao contrário, os materiais do que hoje é um interior, são despejados como resíduos abjetos em meio a um processo que começa com a preparação do terreno para a edificação e continua ao longo da construção e da vida que ela torna possível. O material externo flui para formar o interior e eventualmente é digerido e expelido. A forma aparentemente fixa e higiênica de um edifício é uma ilusão sustentada por fluxos intermináveis, principalmente insensíveis, de e para lugares, pessoas, micróbios e condições bioquímicas que seriam consideradas ofensivas se fossem vistas.

(WIGLEY, 2021, p. 49 – 50, tradução nossa)

Este trabalho apostava que um dos medos que sustentam a vigília arquitetônica capaz de proteger essa disciplina marcada por uma “disposição histórica ao autoisolamento”<sup>70</sup> é justamente o desenrolar — simbólico, material, histórico e laboral — de suas extensas cadeias extrativistas, onde “edifícios não são muito mais do que nós tecidos em meio a fluxos materiais”<sup>71</sup>. Para classificarmos a matéria que constitui as *arquiteturas pétreas* edificadas na cidade do Rio de Janeiro, pouco importa se as antigas pedreiras da ilha da Enxada e do Morro da Conceição ficariam do lado de dentro da antiga muralha; ou se o restante desse mesmo complexo extrativista que também perfurou os morros da Providência, Livramento, Valongo e São Diogo ficaria do lado de fora. Os fluxos extrativistas aos quais essas arquiteturas estão entrelaçadas não somente atravessam suas espessas alvenarias, mas também constituem cada um dos seus fragmentos. Desatar esses nós é seguir um emaranhado de fluxos materiais.

---

<sup>70</sup> GRIMA, 2021, p. 12

<sup>71</sup> WIGLEY, 2021, p. 47



**Figura 18:** “Pedreira”. Jean-Baptiste Debret, 1834 – 1839. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

Sendo um importante componente no desenvolvimento econômico da cidade, a indústria de extração de rochas tinha conexões em todas as camadas sociais. Os primeiros trabalhadores envolvidos diretamente com a atividade foram escravos que, posteriormente foram substituídos por trabalhadores livres, muitos deles imigrantes. Além dos trabalhadores que lidavam com a extração de rocha, conhecidos como cavouqueiros, havia lascadores de fogo, responsável pela disposição de explosivos; pedreiros, especializados nos serviços de construções de pedras e cuja denominação é usada, até hoje, para designar profissionais envolvidos com edificações; macaqueiros (especialista no fabrico de macacos, sinônimo de paralelepípedos) e canteiros, profissionais capazes de produzir peças de cantaria (do latim *canthus*, aresta) para uso em pisos e adornos. Em outro nível social, estavam concessionários de mineração, construtores e comerciantes.

(ALMEIDA, 2016, p. 5)

A *escalabilidade* da matéria rochosa no Rio de Janeiro, ao contrário das *plantations* de cana-de-açúcar, não estava diretamente relacionada ao desenvolvimento de novas tecnologias de prospecção, extração, fragmentação ou transporte. Ao menos até o final do século XIX, a expansão inesgotável de tal atividade extrativista dependia exclusivamente da grande disponibilidade de *matéria prima* e das afiadas ferramentas coloniais de controle e alienação do trabalho escravizado. Portanto, a dificuldade de se

transportar os pesados fragmentos pétreos por longas distâncias, seja por braços humanos, seja por carros de bois, fez com que diversas frentes de extração de rochas fossem abertas em zonas rurais<sup>72</sup>.

Apesar de alguns bairros da zona norte contarem com pedreiras exploradas desde o século XVII, a consolidação da transferência da maior parte do extrativismo pétreo das regiões central e sul da cidade para o entorno do Maciço da Pedra Branca, já no século XX, é um movimento que reflete, dentre outras coisas, o aparecimento de novas tecnologias construtivas. A extração dos blocos que resultam em peças de cantaria dá lugar à Trituração e à separação granulométrica da brita, posteriormente inserida em lajes de concreto armado. De maneira gradual, a maior parte do trabalho braçal também vai sendo substituída por diversos tipos de britadores; os carros de bois, por sua vez, são trocados por carregadeiras e escavadeiras; já as ordens religiosas dão lugar às grandes empresas mineradoras.

Entretanto, não se pode dizer que o trabalho escravo, e muito menos as ferramentas de alienação do corpo, ficaram de fora dos grandes vãos modernos — pelo menos, não daqueles estruturados por brita extraída de pedreiras clandestinas ao redor do país. Ao analisarmos a chamada “lista suja”, um cadastro de empregadores responsabilizados por mão de obra análoga à escravidão, é sintomático perceber o grande número de fazendas, sítios e chácaras, além da predominância do trabalho doméstico, como vestígios de um colonialismo no Brasil. Entretanto, garimpos, carvoarias e pedreiras desempenham atividades que também aparecem com certa frequência. Dentre os 643 estabelecimentos listados, encontram-se 15 pedreiras, com 107 trabalhadores envolvidos.<sup>73</sup>

Retornemos, então, ao princípio fundacional do Rio de Janeiro, onde a consolidação de um povoamento colonial é constantemente imaginada pelo desembarcar daqueles que participaram do ato ceremonial onde se fincou, simbolicamente, uma *cidade-pedreira*. O geógrafo Maurício de Almeida Abreu, levando em consideração os europeus e mamelucos, além dos indígenas — escravos ou aliados da expedição — que,

---

<sup>72</sup> ALMEIDA, 2016, p. 4

<sup>73</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro\\_de\\_empregadores.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf)

comprovadamente, frequentaram a Cidade Velha, estimou uma população inicial de 350 a 400 indivíduos<sup>74</sup>.

Ao sumarizar as evidências disponíveis, Abreu elaborou uma lista intitulada como os “primeiros moradores livres do Rio de Janeiro”. Nela, podemos identificar com maior clareza 115 europeus e mamelucos e apenas um indígena: Araribóia<sup>75</sup>, chefe dos Temiminós<sup>76</sup>. Dentre esses nomes, muitas vezes acompanhados da ocupação e da proveniência, destacaremos um que não é tão discutido ou lembrado, mas evidencia um ponto chave para a pesquisa: o português Nuno Garcia, listado com a ocupação de pedreiro e vindo da Bahia. Pouco se sabe sobre a vinda do indivíduo para esta cidade, entretanto, em meio a cartas jesuíticas extraídas de edições espanholas de meados do século XVI, podemos encontrar aquela escrita pelo padre Manoel de Nóbrega, endereçada ao padre Simão Rodrigues, em Lisboa. Nóbrega relata sobre o período em que esteve na Bahia, contando com a colaboração efetiva do pedreiro nas obras jesuíticas e, por conta disso, solicita o perdão de sua pena de onze anos devido a um suposto assassinato<sup>77</sup>.

A utilização de mão de obra de degredados representa não só a escassez técnica durante o período inicial de colonização, mas também se refere ao aspecto residual de uma *arquitetura pétreia* no Rio de Janeiro. Uma cidade inicialmente assentada pela escória de uma máquina civilizatória europeia, que, dentre outras coisas, exterminou corpos e saberes ameríndios, arrancou escravizados da África e se consolidou como a pedra-chave de uma infraestrutura que opera através de uma lógica unicamente extrativista e exploratória. Tomar esta cidade como princípio é uma oportunidade de metamorfosear o tempo passado e futuro de singulares arquiteturas e seus materiais, manipular esses vestígios é procurar possíveis falhas geológicas em meio ao relevo de uma colonialidade dominante.

De maneira resumida, esse medo arquitetônico a que me refiro não está simplesmente baseado na comprovação de suas bases escravagistas e exploratórias, mas na incerteza de um futuro que se pergunta sobre como e por que construir as mesmas

<sup>74</sup> ABREU, 2010, p. 137 - 140

<sup>75</sup> Auxiliou os portugueses na conquista da baía de Guanabara frente aos tamoios e franceses. Como recompensa, os lusitanos cederam uma região na entrada da baía que viria a dar origem à atual cidade de Niterói, da qual é considerado o fundador.

<sup>76</sup> Tribo tupi que habitou a Ilha do Governador, São Cristóvão, Niterói e o sul do atual estado do Espírito Santo, no Brasil, no século XVI.

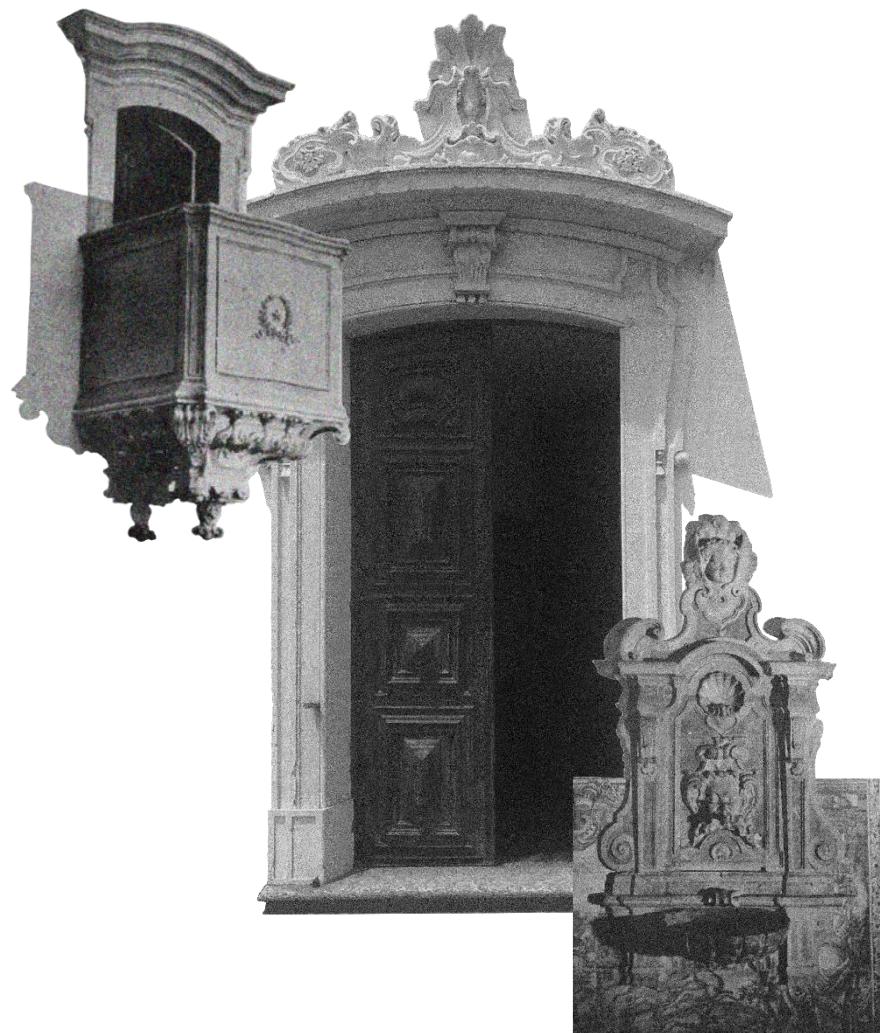
<sup>77</sup> HUE, 2006, p. 63 - 70

coisas. Acredito que a necessidade já anunciada de se pensar a Arquitetura como uma ferramenta de caráter preventivo<sup>78</sup>, uma tentativa de ruptura estratégica diante de uma crise não só do campo de atuação, mas de todo um ambiente material, deve, essencialmente, abranger a historicização e a politização dos seus materiais extraídos e manipulados.

Sejam levantes, sejam depressões, quais movimentos podemos imaginar por entre as frestas abertas pelas antigas fundações de uma simbólica “muralha do medo” no Rio de Janeiro? Como ensaiar um fazer arquitetônico para além do ato de construir e, em conjunto com uma matéria viva, que, ao deixar de ser entendida como algo inanimado, nos convida, dentre outras coisas, a experimentar diferentes afetações com os ciclos mineralógicos e geológicos da Terra? Independentemente de quais sejam as histórias contadas por este trabalho, elas surgem como a afirmação de uma potência latente, e, portanto, metamórfica, de gestos paradoxais ou aparentemente contraditórios: Se construir, em alguma medida é extrair e destruir, o desenrolar dos fluxos extrativistas de uma *arquitetura pétreia* é o entrelaçamento crítico das marcas de uma violência humana e não-humana.

---

<sup>78</sup> PRICE, 1981 apud GRIMA, 2021, p. 12, tradução nossa



**Figura 19**

## 4.3

### Pedras de lastro: pórticos, púlpitos e lavabos

Em uma estreita sacristia que contorna a capela-mor, pode-se perceber que os painéis de azulejo que revestem as paredes foram grosseiramente cobertos pela instalação de alguns lavabos portugueses esculpidos em mármores policromos. Esses importantes mobiliários litúrgicos — assim como cântaros, chafarizes, piscinas e outros reservatórios hídricos — estão diretamente ligados à concepção do imaginário de uma igreja pura e imaculada.

Diante do lavabo, corpo e espírito são purificados antes da celebração da eucaristia. Portanto, o ato de lavar as mãos é carregado de um simbolismo ligado às diversas práticas de abluição (do latim *ablutio*, “lavagem”): um rito de purificação presente em inúmeras religiões, com diferentes gestos e significados que variam de acordo com o contexto.

Enquanto o sacerdote se prepara, os fiéis atravessam as grandes portadas que dão acesso à igreja, ornamentadas por pórticos talhados em Calcário, somente fixados na segunda metade do século XVIII. A igreja do Outeiro conta com três desses fragmentos resultantes da consolidação de estruturas coralíferas em conjunto com outros restos fósseis. Os pórticos de ornamentação mais simples estão localizados nas laterais da igreja, e o principal, onde está talhado o medalhão de Nossa Senhora da Assunção — da Glória —, está na parte frontal, logo abaixo da torre sineira. Um fato curioso que atesta a instalação tardia de tais elementos é o corte feito no capitel das pilastras de Leptinito — tipo de rocha encontrada no outeiro da Glória e seu entorno — para a colocação do pórtico principal.

As imagens de caráter místico que se multiplicam em um espaço sagrado, pelo talhe em pedra ou madeira, pelos desenhos nos revestimentos cerâmicos ou pelo gestual simbólico de um rito; são pontualmente reforçadas por uma narração à altura, em forma de sermão e proferida do alto de seus púlpitos, que, no caso do Outeiro da Glória, apoiam-se sobre bacias que também foram esculpidas em rochas extraídas de Portugal. Incontáveis cenas do Antigo e do Novo Testamento foram contadas e recontadas desse lugar de destaque, onde se olha os fiéis de cima e se projeta a voz para baixo, geralmente

em tom moralizador e doutrinário. Dentre as mais célebres falas ali feitas, destaca-se aquela do orador sacro Frei Francisco de Mont’Alverne, já no final de sua vida e a convite do Imperador Pedro II.

Essa voz quase extinta, quando depois de longos anos de repouso imposto por enfermidades, o viram reaparecer em 1855, já cego, para tecer o panegírico de São Pedro de Alcantara, nesse mesmo púlpito que outrora tremia debaixo do peso do colosso da palavra. Ele ali reapareceu como uma sombra do que fora, evocada pelo Imperador Dom Pedro II, que desejou ouvi-lo; e a essa sombra ainda trovejava, e disparava raios de luz, que encheram de admiração aos que não tinham visto e ouvido o orador em melhor quadra.

(GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1859, p. 397)

Apesar do derradeiro sermão de Mont’Alverne ser dedicado a São Pedro de Alcantara, fraude espanhol que pertenceu à ordem dos Capuchinhos — a mesma cujos frades portugueses teriam encontrado a imagem esculpida por Antônio de Caminha —, não nos interessa recontar a história do primeiro padroeiro do Brasil. Com isso, quero dizer que, urgentemente, precisamos ouvir outras histórias, inclusive aquelas que são contadas através das rochas, constantemente tratadas como uma *matéria-prima* a ser explorada. Não me refiro a uma complexa tabela estratigráfica, definida a partir do surgimento e do aprimoramento do conhecimento em geologia, que, desde o século XIX, vem estabelecendo subdivisões de tempo e demarcando eventos significativos na trajetória histórica da origem da terra, mas à reativação de um animismo capaz de não somente historicizar as pedras, porém de politizar seus registros fósseis, suas composições minerais e, por que não, suas arquiteturas.

Quem acessa e sobre o que escolhem falar nos seletos púlpitos de onde se discursa a respeito dos caminhos passados e futuros da arquitetura, como disciplina e prática? Para além dos grandes tratados em arquitetura, como podemos imaginar histórias sendo contadas por matérias consideradas abióticas ou inanimadas? E o mais importante: ainda faz algum sentido que a autoridade narrativa das nossas histórias esteja, exclusivamente, atrelada àquilo que é humano?

Por exemplo, imaginemos o calcário Lioz que ornamenta as extremidades das portas de Jacarandá, se despreendendo de seu lugar arquitetônico e se dirigindo ao elevado púlpito dessa igreja moderna-colonial no outeiro da Glória. De alguma maneira, a fala desses elementos pétreos é possibilitada pelo desenrolar de suas extensas cadeias

extrativistas, que, a partir do século XVI, atravessaram o Atlântico, ligando inúmeras pedreiras lusitanas não somente ao Rio de Janeiro, mas a diversas outras cidades fundadas na América portuguesa, como, por exemplo, Salvador.

Nessa cena de caráter propositalmente animista, a história de uma das primeiras igrejas da primeira capital da colônia é uma das muitas que poderiam ser contadas nos púlpitos arquitetônicos, principalmente com o intuito de “lavar” seu caráter extrativista e destrutivo. Assim como a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, no Rio de Janeiro, a Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia, construída em Salvador, também foi precedida por uma ermida com paredes de taipa e cobertura de palha.

Foi Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil e fundador da cidade de Salvador, que empreendeu essa primeira construção, em que, em 1549, o Padre Manoel de Nóbrega rezou a primeira missa da região. Com o passar do tempo, essa pequena ermida que marca uma primitiva ocupação colonial foi sendo cada vez mais frequentada por moradores, comerciantes e trapicheiros. Por isso, no século XVII, uma segunda igreja foi construída, tornando-se novamente obsoleta no século seguinte, quando a Freguesia da Conceição da Praia já se consolidava como uma área nobre e opulenta. Finalmente, em 1736, decidiu-se pela demolição do segundo templo e pela edificação de uma nova e sumptuosa igreja<sup>79</sup>.

O conturbado processo de construção da atual igreja se estendeu por mais de 100 anos, passando desde a demolição de grande parte da encosta rochosa do terreno para abrir espaço para as fundações e para os primeiros alicerces até a colocação dos ladrilhos do piso e a execução das últimas camadas do douramento dos retábulos e de pintura das paredes. Entretanto, deve-se destacar que a implantação, tanto da igreja quanto da cidade como um todo, se utilizou de uma notável pré-existência geológica, conhecida como *Falha de Salvador*.

---

<sup>79</sup> LOSE; MAZZONI, 2018

O maciço granítico-gnáissico de Salvador, com escarpa de “front”<sup>80</sup> continental, voltada para WNW<sup>81</sup>, seus morros e outeiros, formam, em conjunto, uma ponta larga e saliente, orientada de NNE para SSW. Esse fragmento de “horst” de rochas antigas, constituindo um bloco relativamente isolado na margem leste da Baía de Todos os Santos, representou o elemento mais importante para o estabelecimento da cidade luso-brasileira do século XVI. Um porto profundo e acessível, um sítio elevado e resguardado, varrido por suaves brisas, a cavaleiro de uma das mais extensas e excepcionais amuradas rochosas que o litoral brasileiro apresenta, valeram como uma combinação de elementos ideais para os que decidiram fundar ali a primeira cidade do Brasil (1549).

(AB’SÁBER, 1952, p. 61)

Em termos geomorfológicos, esse desnível topográfico separa mais do que as chamadas *Cidade Alta* e *Cidade Baixa*; ele separa, sobretudo, os domínios das rochas sedimentares da Bacia do Recôncavo e das rochas metamórficas do Alto de Salvador. Trata-se, portanto, de um movimento de separação continental entre América do Sul e África (iniciado aproximadamente a 135 Ma), ou seja, pela abertura do próprio Oceano Atlântico, que hoje separa essas duas grandes superfícies sólidas da terra.

As falhas geológicas são resultantes de grandes forças tectônicas aplicadas sobre as rochas. Quando esse esforço não é o suficiente para desencadear um comportamento de caráter rúptil, as rochas passam a ser dobradas por meio de uma deformação plástica que, posteriormente, ficará impressa em sua textura. No caso da *Falha de Salvador* ocorre, de fato, uma fratura, onde se pode observar o deslocamento de paredes rochosas ao longo de um plano de falha. Em outros termos, o surgimento de uma muralha de pedra, que, ao contrário daquela projetada por João Massé, no Rio de Janeiro, não é erguida pelo medo, mas, sim, por um complexo ciclo litológico que está em diálogo constante com uma tectônica de placas. Processos muito mais profundos do que qualquer intervenção antrópica.

---

<sup>80</sup> Escarpa erosiva localizada entre uma depressão e uma terreno elevado, de cume assimétrico com uma inclinação longa e suave (chamado de cuesta ou reverso).

<sup>81</sup> Sigla referente aos pontos subcolaterais, localizados entre os pontos cardeais e colaterais: WNW (oeste-noroeste); NNE (norte-nordeste); SSW (sul-sudoeste)



**Figura 20:** Falha de Salvador dividindo a cidade alta e baixa. No canto inferior direito, a Basílica de Nossa Senhora de Conceição da Praia. Fonte: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/ap-arquitetos-associados-cerimonial-da-conceicao-da-praia-salvador/>

Voltemos à escala de um edifício, nesse caso, a Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Uma igreja pré-fabricada em Portugal, cujas pedras extraídas de Lioz foram talhadas, numeradas e transportadas no porão de incontáveis embarcações, servindo também como *pedras de lastro*<sup>82</sup>. Provavelmente, as primeiras pedras só começaram a chegar a partir de 1739, não se limitando somente às peças que requeriam a intervenção de artesãos especializados, mas também a simples e pesadas fundações que seriam enterradas no corpo da terra.

---

<sup>82</sup> Pedras usadas para aumentar o peso e manter a estabilidade de uma embarcação. Atualmente, ao invés de um lastro sólido, utiliza-se a própria água do mar.

Foi contratado como engenheiro Manoel de Saldanha, professor de outro engenheiro, José Antônio Caldas, o qual assinou a planta do Seminário de Nossa Senhora da Conceição, em 1751, mas cujo projeto não foi adiante em função dos problemas dos religiosos com o Marquês de Pombal, que terminou decidindo pela expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759. Como mestre pedreiro, foi convidado o arquiteto Eugênio da Mota (substituído em 1769, já velho e cego, por Antônio Luiz da Silva, que veio a falecer e foi substituído por Miguel dos Anjos Barbosa e depois por José Duarte da Conceição); como mestre canteiro, Manoel Vicente. Esses e uma legião de operários (entre eles homens e mulheres) deram vida à primeira demonstração do barroco brasileiro, a Igreja da Conceição da Praia, uma grandiosa construção.

(LOSE; MAZZONI, 2018, p. 39 - 40)

O calcário branco que nos conta essa história, além de revestir as paredes de pedra e cal da nave da igreja e da capela-mor, também está presente em toda a fachada externa. Posteriormente à construção da igreja, essa mesma rocha sedimentar, em conjunto com o basalto<sup>83</sup> ou o próprio calcário negro, também passou a pavimentar o passeio em frente à edificação. Uma justaposição de pequenas pedras que se encaixam e se tocam pelas bordas. Através desse contraste cromático, decidiu-se escrever em uma “calçada à portuguesa” — tipo de pavimentação de passeios muito utilizado em países lusófonos — o nome da igreja luso-brasileira. Entretanto, não seria incoerente dizer que as letras escritas sobre esse chão colonizado também podem ser lidas como “Aqui é Portugal”, palavras que, entre 1940 e 1975, estiveram gravadas pelas pedras que pavimentaram outro chão tomado pelo expansionismo português, o da Praça Mouzinho de Albuquerque (atual Praça da independência) em Moçambique<sup>84</sup>.

Além do Portugal Ibérico e do Brasil, espaços plenos de uma profusa cultura urbana comum, onde naturalmente se executou elevado número de pavimentos urbanos no tipo da chamada “calçada à portuguesa”, o tema foi levado a muitos outros lugares, dos mais próximos aos mais recônditos, nos territórios colonizados pelos portugueses. A “calçada”, produto vernáculo, artesanal e artístico a um tempo, exprimiu-se (e exprime-se) assim, nos quadros urbanos das novas cidades ultramarinas, como um valor de expressão identitária, relevando no próprio chão das urbes a dimensão cultural de cariz profundamente meridional, mediterrâneo e “pétreo”, próprio dos ambientes das vilas e cidades portuguesas, ou criado no quadro de sua influência cultural dominante.

(FERNANDES, 2010, p. 157)

---

<sup>83</sup> Rocha ígnea proveniente de derramamentos de lava.

<sup>84</sup> CONDURU. Aqui (não) é portugal. Altas do Chão, 2022. Disponível em: <https://www.atlasdochao.org/ponto/aqui-nao-e-portugal/>



**Figura 21:** Praça Mouzinho de Albuquerque, 1940. Fonte: <https://gerador.eu/mouzinho-de-albuquerque-um-heroi-colonial-portugues-contestado/>

Com isso posto, o *metamorfismo* de outra natureza, que me proponho imaginar, embaralha antigos *fragmentos pétreos*, reescreve histórias moderno-coloniais e, acima de tudo, abre espaço para a escuta daquilo que, ao menos na temporalidade humana, aparenta não ser vivo, mas que invariavelmente atua junto do arquiteto, engenheiro, mestre de obras ou operário na construção de um complexo *ambiente material*, onde o aparecimento de *arquiteturas pétreas* é somente um dos muitos gestos que parecem preceder um *levante metamórfico*.

O calcário importado, ainda presente nos púlpitos do Outeiro da Glória, nos lembra, por exemplo, que seu uso como pavimentação também está fortemente atrelado à cidade do Rio de Janeiro. Os processos de modernização urbana e de infraestrutura que ocorreram entre o final do século XIX e a primeira metade do XX constantemente se utilizaram de uma “pedra portuguesa”, como ficou popularmente conhecido esse tipo de calçamento no Brasil. Para pavimentar os passeios de uma nova via, símbolo de um conjunto de medidas urbanísticas promovidas pelo Distrito Federal para modernização da capital da República, importou-se de Portugal tanto as pedras utilizadas quanto o grupo

de calceteiros que ficariam responsáveis pelo serviço. A quantidade de pedra trazida foi tão grande que, além de calçar toda a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco, construída em 1905), as pedras também foram utilizadas na recém-inaugurada Avenida Atlântica (1906)<sup>85</sup>.

A Avenida Central está inserida em um contexto que engloba a canalização do mangue de São Diogo (1860), o desmonte do morro do Senado (1880) e uma maior urbanização de Copacabana e da orla em geral, sucessivamente redesenhada através dos aterros possibilitados por novos desmontes, como o do morro do Castelo (1920) e de Santo Antônio (1950). Ao lado de outras importantes vias inauguradas, como a Avenida Beira-Mar (1906-1907) e a Avenida do Cais (1910), a Avenida Central talvez seja a que melhor traduza o ideário civilizatório das elites cariocas do início do século XX, parte fundamental na concepção dos planos de saneamento e embelezamento discutidos desde o século XIX na Comissão de Melhoramentos<sup>86</sup>, presidida por Pereira Passos e cujos planos seriam postos em prática em sua futura gestão como prefeito (1902 – 1906).

Nesse sentido, o Rio de Janeiro, que ainda conservava grande parte de seu desenho urbano colonial, era diagnosticado por médicos sanitários, grupos da elite, engenheiros e arquitetos, como extremamente densificado e populoso, propenso a doenças, como a febre amarela e a varíola. Como remédio, uma nova e extensa via, aberta pela demolição de inúmeros imóveis — dentre os quais estavam algumas *arquiteturas pétreas* — e pelo desalojamento de pessoas pobres. Em meio a protestos de uma população tratada como doença, em pouco mais de 6 meses de “bota-abixo”, seu eixo foi esvaziado de qualquer resíduo indesejado.

Em uma ponta da avenida, estava a região portuária da cidade com a movimentação da estiva e dos passageiros que embarcavam e desembarcavam na capital do país. Na outra extremidade, um antigo largo colonial daria espaço para uma praça moderna, posteriormente conhecida como Cinelândia e rodeada por construções como a Escola de Belas Artes (1908), o Teatro Municipal (1909) e a Biblioteca Nacional (1910), além de cinemas, bares e cafés que encenavam uma espécie de Paris nos trópicos. Essa visada de uma paisagem em constante transformação é marcada por um obelisco em pedra

<sup>85</sup> BARBOSA CALDEIRA, 2010, p. 137-139

<sup>86</sup> A Comissão de Melhoramentos elaborou dois relatórios (1875 e 1876) e apresentou propostas de reforma urbana que iam desde a abertura de novas ruas até o desmonte dos morros do Castelo e Santo Antônio.

fixado junto ao mar, um presente que o empresário do setor de construção civil Antonio Jannuzzi ofertou à cidade. O autor de tal obra é Eduardo de Sá, que curiosamente compartilha o sobrenome com aquele que, ao menos em uma narrativa hegemônica, fincou a pedra fundacional do Rio de Janeiro.



**Figura 22:** Ressaca e demolição parcial do enrocamento da Avenida Beira-Mar. Curiosos assistem ao redor do obelisco da Avenida Central. Carlos Bippus, c. 1921. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.

Conforme nos lembra Luiz Antonio Simas, essa cidade, “fundada um dia para expulsar franceses, resolveu ser francesa para esconder que era profundamente africana e lusitana<sup>87</sup>”. É a partir dessa tentativa elitista e republicana, de apagamento de um passado colonial, que imagino esse *metamorfismo* sobre as antigas pedras talhadas no Rio de Janeiro. Um gesto que reorganiza uma composição humana-mineralógica em sentido contrário daquele escolhido por uma República recém proclamada. Sendo assim, um *metamorfismo* que segue os sedimentos transportados por um certo “vento carioca”, que

<sup>87</sup> SIMAS, 2019, p. 71

nas palavras de Simas, “traz em suas asas o brado lancinante dos tamoios, sopra também os zumbidos dos chicotes nas costas lanhadas do povo do Congo e a melancolia de muitos fados<sup>88</sup>”, mas que também carrega uma instigante oportunidade animista. Trata-se de uma fabulação a respeito dos fragmentos de uma *arquitetura pétreia* tão cara ao Rio de Janeiro, e, ao mesmo tempo, uma provocação à disciplina na qual este trabalho está inserido. Ou seja, o que se propõe é um caminhar mais atento às pedras, e, por que não, às lacunas de suas arquiteturas já conhecidas, capaz de transformá-las em outras coisas. Nesse caso, em coisas que relacionem, criticamente, a violenta e inescapável interdependência entre arquitetura e extrativismo.



**Figura 23:** Pedestres em calçada à portuguesa no centro do Rio de Janeiro. A pintura sobre as pedras, quase apagada, se refere aos corpos assassinados na chacina da Candelária que ocorreu em 1993. Caio Rechuem, 2018.

---

<sup>88</sup> Ibid, p. 10

Entretanto, não interessa aonde essa história contada a partir do Calcário Lioz vai chegar, pois, aos pés da escada que dá acesso aos púlpitos, uma grande fila já está formada. Além das rochas extraídas das montanhas que marcam a paisagem litorânea do Rio de Janeiro, como os Gnaisses Facoidal, Leptinito e Kinzigit; o Basalto negro, também vindo de Portugal e já citado do alto do púlpito, lidera uma longa fila de *pedras de lastro*, extraídas e importadas de regiões muito mais distantes e utilizadas, principalmente, na ornamentação de suntuosos edifícios. Dentre elas, o Mármore Brocatel da Espanha, o Carrara e o Travertino da Itália, o Mármore preto belga e o rosa de Brignoles, na França; o Anortosito do Canadá e da Noruega; a Malaquita e o Lápis-lazúli da Rússia; o Granito Kosseine da Alemanha; o Onix da Argélia e muitas outras<sup>89</sup>. Quais seriam as suas histórias?

---

<sup>89</sup> MANSUR et al., 2022



**Figura 24**

#### 4.4

### **Platôs de demolições: ruínas de uma casa de pedra**

Em meados do século XX, após a demolição do antigo cais e de algumas casas de pedra, com alicerces que perfuravam as encostas do outeiro da Glória, iniciava-se um intenso trabalho de realocação de fragmentos diversos. Uma tentativa de recompor um ambiente de outro tempo, de contemplação colonial e que, ao mesmo tempo, serviria como “fundo de cenário, com sua encantadora igrejinha setecentista, à bela perspectiva de parques”<sup>90</sup>, nas palavras de Lúcio Costa.

Efetivamente, as intervenções do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Glória se iniciaram nos anos 1940, com a restauração da igreja e a já mencionada abertura de um nicho em seu adro, com o intuito de receber a réplica da imagem de Nossa Senhora da Glória, originalmente esculpida por Antônio de Caminha. Em paralelo, já se discutia, desde a década de 1930, uma proposta urbana para o outeiro, baseada em uma desapropriação residencial e cujo desfecho se daria somente na década de 1960, com a construção do novo acesso à igreja.

As intenções da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro para o aproveitamento dos platôs resultantes das demolições eram bem menos singelas do que as do SPHAN, ou, sendo mais específico, as de Costa, então diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos. A Irmandade pleiteava a escavação de uma cripta<sup>91</sup> diretamente na rocha, que se ligaria internamente com a igreja localizada no topo desse relevo. Uma proposta que pode ser lida como a repetição de um mesmo gesto em uma nova escala, maior do que a abertura de um nicho em uma alvenaria de pedras e relativamente mais próxima das forças geológicas que moldaram um outeiro e abriram uma gruta.

---

<sup>90</sup>Os “parques” a que Costa se refere em seu parecer de julho de 1943, são o Passeio Público, a Praça Paris e o Parque do Flamengo, cujo aterro ainda estava por vir. Ver: COSTA, 1943 apud ROCHA-PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007, p. 8

<sup>91</sup> Sala subterrânea sob uma igreja, onde normalmente estão sepultados sacerdotes, aristocratas e membros do alto clero. No caso do outeiro da Glória, a Irmandade pretendia que os restos mortais da Princesa Isabel e do Conde D’Eu fossem transportados para dentro deste corpo rochoso que seria escavado. Ver: ROCHA-PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007, p. 12

Esse primeiro estudo, feito por José de Sousa Reis<sup>92</sup> em 1951, foi classificado como “impraticável” pela Secretaria de Obras, sendo, portanto, adaptado para uma segunda versão, que, apesar de excluir a cripta e redimensionar seus caminhos, ainda não contava com um grande aproveitamento dos platôs, que serviriam somente como pontos de inflexão das rampas. Já na década seguinte, com as obras do aterro do Flamengo já em andamento, decide-se por uma terceira proposta, colocada a cargo do escritório de Roberto Burle Marx e apresentada em 1964. É nesse momento que a figura de Lucio Costa assume definitivamente a cena.

De acordo com o arquiteto, a proposta do escritório de paisagismo apresentava um “caráter fragmentado que não condiz com a pureza arquitetônica da capela”<sup>93</sup>, ao contrário da segunda proposta de Reis, de “partido fluente que, sem ser monumental, tem a graça e a elegante qualidade arquitetônica que o caso requer”<sup>94</sup>. A utilização do termo “fragmentado” se refere ao grande número de platôs projetados por Burle Marx, pois, ao invés de longas e fluidas rampas, o desnível topográfico deveria ser superado por diversas escadas, algo que quebraria a continuidade do caminho entre a Rua do Russel e a Ladeira da Glória. Não se sabe exatamente o porquê, mas, apesar de sua predileção pela segunda proposta — que levava em consideração seu parecer de 1943 —, Costa acaba tomando para si a responsabilidade de traçar um caminho definitivo.

Aquele que, simultaneamente a esse imbróglio, projetou e edificou o *Plano Piloto* de uma nova capital federal, escolheu fundir as diferentes propostas. A composição simples de um percurso dividido em poucos lances de rampas é entrelaçada por escadas que embaralham os caminhos que conectam os platôs. Superfícies planificadas de dimensões generosas e que, por isso, se apresentam como jardins, onde se repousa em bancos de pedra e se contempla as visadas recortadas pelas copas das árvores.

No entanto, apesar de criticá-la, é inegável que a solução de Costa se aproxima mais da concepção paisagística proposta por Burle Marx, não somente pela preocupação em especificar as espécies que iriam arborizar o percurso e o estar, mas também por uma maior valorização da experiência em relação a uma forma arquitetônica, que, por sua vez,

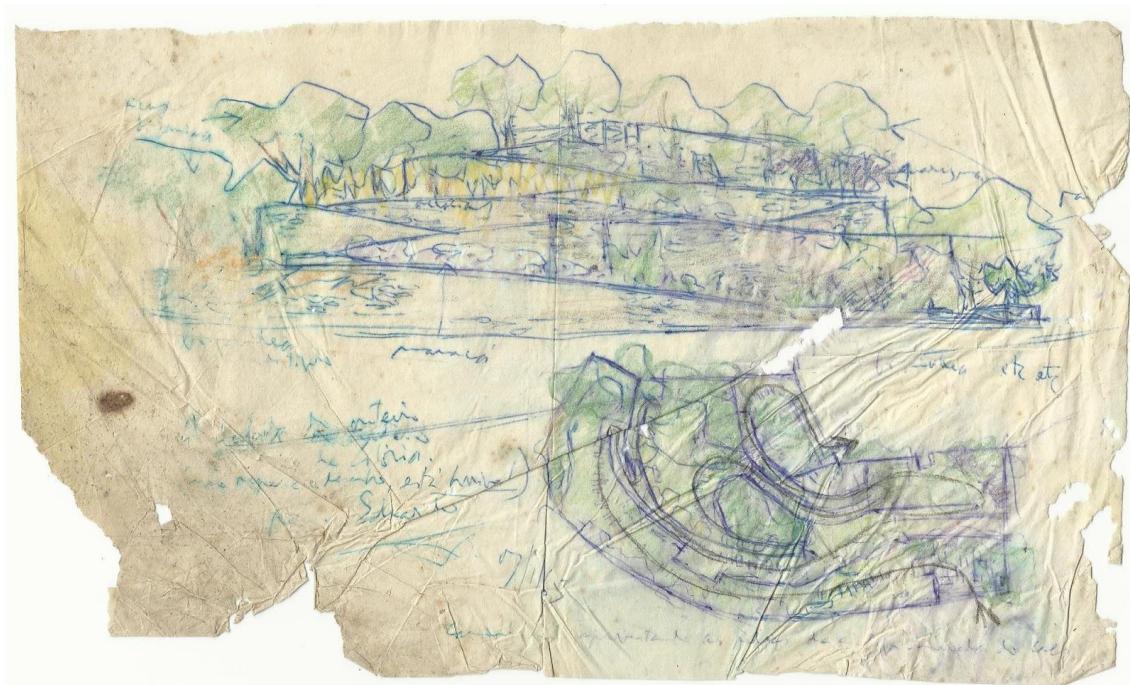
---

<sup>92</sup> chefe da Seção de Projetos, que havia sido encarregado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, para desenvolver o projeto arquitetônico da encosta.

<sup>93</sup> COSTA, 1964 apud ROCHA-PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007, p. 13

<sup>94</sup> Ibid

parece se diluir em “natureza”. Uma adaptação que não renunciou à fluidez e à sutileza pelas quais advogou por décadas e que enxergou no projeto de Reis.



**Figura 25:** Desenhos de projeto do acesso ao outeiro. Lucio Costa, c. 1960. Fonte: Acervo Casa da Arquitectura.

Para a criação do acesso impunha-se, antes de mais nada, remover o casario que havia na frente bloqueando a perspectiva vista da Praça Paris — obra dificílima, só levada a cabo à custa de muita tenacidade e empenho. Outra circunstância importante foi o desmonte do cais do Flamengo com a criação do Aterro — pareceu muito conveniente utilizar uma parte das pedras da amurada para agenciar o caminhamento. Daí esse risco que dei para o acesso, procurando o percurso de natural de rampas e escadas incorporando os *platôs resultantes das demolições*. Foi um trabalho enorme, debaixo de sol, fazer estes caminhos; tivemos a sorte de ter à nossa disposição um mestre muito capaz, que trabalhava para o Gianelli, e a minha tarefa foi acompanhar este mestre na escolha e colocação das pedras do antigo cais procurando aproveita-las no seu tamanho natural e fazer a implantação, de acordo com o risco, em função deste *material precioso*. [...] tudo isso foi conseguido por causa da minha continuada presença junto ao mestre e aos *pedreiros*.

(COSTA, 2018, p. 411 - 412)

Finalmente, já na segunda metade da década de 1960, o arquiteto e um mestre de obras — e um contingente anônimo de trabalhadores braçais, que, no Rio de Janeiro, convencionou-se chamar de *pedreiros* — se deparam com intermináveis fragmentos de uma *cidade-pedreira*, historicamente manipulados no entorno do outeiro da Glória. A

partir deles, seguindo diretrizes projetuais e geológicas, percorrem caminhos de pedras que conectam diferentes platôs de demolições passadas.

Uma das características intrínsecas ao projeto executado é a obrigatoriedade de se tomar algumas decisões, pois não há um único caminho possível nem sequer fica claro aonde cada bifurcação chegará. Um instigante percurso que talvez seja melhor classificar como algo ramificado, deixando o aspecto fragmentar para a classificação da igreja que se apresenta por partes, visto que, em determinados pontos desses caminhos, seus fragmentos se levantam aos olhos de quem caminha em sua direção. Essa igreja anunciada repetidas vezes, ao ser desvelada no final do caminho, sempre me passou a sensação de falta. Acredito que essa sensação esteja ligada ao desconhecimento de suas reais dimensões, ou seja, de grandes fluxos extrativistas que se espalham pelo tempo e pelo espaço moderno-colonial nas Américas.

Assim como Costa, acredito que venho tratando de um “material precioso”. Entretanto, também acredito que este material deva ser lido como um conjunto de fragmentos lacunares, desde os grandes vazios residuais de onde foi extraído, até as associações improváveis de um ciclo litológico atravessado por ações antrópicas. Nesse sentido, proponho um desvio nos caminhos ofertados para o acesso de uma Igreja colonial. Ao lado de um dos patamares visitados, coberto por uma vegetação ruderal, ainda permanecem as ruínas de antigas casas de pedra.

Algo sobrou das demolições, fragmentos amalgamados pelos muros dos novos jardins, muitas vezes esquecidos ou ignorados pelos trabalhos que abordam a construção do acesso à igreja<sup>95</sup>. Trata-se, provavelmente, dos restos de algumas edificações residenciais, sobre as quais poderíamos vasculhar diferentes fontes e acervos para investigar o que de fato ocorreu, isto é, porque só foram parcialmente demolidas e deixadas de fora da área contemplada pelo projeto. Este trabalho ficará a cargo de outros que se interessarem pela “verdade” dessas ruínas. Conforme acredito já ter deixado claro, prefiro especular — em conjunto com sua matéria rochosa — a respeito das dobras ficcionais que podem ser feitas a partir de seus diferentes estratos de tempo.

---

<sup>95</sup> Ver: PEIXOTO, 1943; SILVA TELLES, 1969; ROCHA-PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007; SUZUKI, 2011



**Figura 26:** Esquadria da ruína de uma das casas esquecidas na encosta do outeiro da Glória, parcialmente soterrada pelas movimentações de terra feitas durante a construção do acesso à igreja. Caio Rechuem, 2024.

E, se estivermos diante da primeira casa de pedra construída na região da Guanabara? Precedida por uma cabana ou um casebre — provavelmente de taipa —, suas memórias foram engenhosamente articuladas por estudiosos que tentavam erodir o protagonismo de uma das mais importantes aldeias tupinambás do Rio de Janeiro. A discussão girava em torno do gentílico que passou a ser orgulhosamente ostentado por aqueles que nasceram nessa cidade.

De acordo com o historiador Francisco Adolpho de Varnhagen, principal propagador de uma teoria que, por muito tempo, foi tomada como verdade absoluta, essa construção teria sido erguida pelos portugueses durante os primeiros anos de contato com os nativos, próximo ao rio que desaguava aos pés do atual outeiro da Glória, cujas margens, naquele período, eram ocupadas por uma taba ancestral. Ainda segundo Varnhagen, os tupinambás teriam chamado essa *arquitetura pétreia* que nunca tinham visto antes de “carioca”, que, na sua opinião, significaria a “casa do homem branco”. O

autor conclui assim, que a palavra teria sido adotada pelos portugueses para designar o rio que viria a se tornar a principal fonte de água dos primeiros moradores da cidade<sup>96</sup>.

Em sua publicação, que busca reconstituir o Rio de Janeiro pré-colonial e, portanto, tupinambá, Rafael Freitas da Silva demonstra que Varnhagen, ao mesmo tempo que apaga uma origem ancestral, solidifica a invenção de uma toponímia relacionada a algo novo, criado pelos lusos. “Tratava-se de um nome usado para designar a ocupação portuguesa que caracterizava o início de tudo”<sup>97</sup>

Verte-se por:*casa dos Kariós*; composto desta palavra *kariós* (carijós) e de *ók* (oca), que significa casa. Tirando o “os” (de *kaiós*) e acrescentando *ók*, teremos *kariók*. Como revela claramente Léry, uma das nossas melhores fontes primárias do Rio de Janeiro anterior à sua fundação da cidade, *kariók* significava “a casa dos carijós”. Contudo, essa hipótese sempre foi rechaçada e menos prezada ao longo da história brasileira, sobretudo talvez por ser a fonte francesa. O principal argumento para negar a informação deixada por Léry seria o fato do improvável uso, por parte dos tupinambás do Rio de Janeiro, de um nome relacionado a uma tribo inimiga, no caso, os cariós ou carijós, do litoral Sul do Brasil. No entanto, os tupinambás mantinham contato regular com essa tribo, sabiam de sua existência, falavam a mesma língua e compartilhavam os mesmos rituais. [...] É muito provável que o termo possa ter um significado mais amplo do que a simples menção a outra etnia tupi. Devia mesmo ser uma forma de dizer “a casa do índio” ou “a casa dos índios cariós (tupis)”, ou ainda “a casa onde os inimigos encontravam a morte”, a qual, com o passar do tempo, teria se transformado em um nome honorífico de uma grande aldeia. [...] Ou seja, o nome nunca foi do rio, e sim da comunidade ancestral que vivia às suas margens. Ampliando os conceitos, carioca tem muito mais a ver com a “casa do índio” ou mesmo com a “casa do tupinambá”, do que com a explicação propagada por Varnhagen, “casa do homem branco”.

(FREITAS DA SILVA, 2019, p. 110 – 111)

Embora não restem mais dúvidas a respeito da equivocada tese de Varnhagen sobre a etimologia da palavra carioca, ainda restam muitas lacunas a respeito desse imaginário relacionado a uma casa de pedra na Baía de Guanabara. Os primeiros registros de uma *arquitetura pétrea* no Rio de Janeiro datam de 1531, durante a visita de Martim Afonso de Souza<sup>98</sup>. É bem provável que essa edificação que precede a chegada dos franceses e dos portugueses que vieram combatê-los, construída na foz do rio da aldeia *Karióka*, tenha, de alguma maneira, contaminado a teoria elaborada Varnhagen.

---

<sup>96</sup> VARNHAGEN, 1857 apud FREITAS DA SILVA, 2019, p. 109 - 110

<sup>97</sup> FREITAS DA SILVA, 2019, p. 110

<sup>98</sup> Militar português que em 1530 liderou uma expedição ao Brasil, com o intuito de combater possíveis invasores, procurar indícios de metais preciosos e estabelecer alguns núcleos de povoamento.

Em sentido contrário, ao invés de sobrepor e esconder, pretendo não somente escavar estratos profundos, mas metamorfoseá-los em novos imaginários. Dessa maneira, a tendência florestal de ocultar vestígios, dá lugar a uma conexão improvável entre as ruínas alegóricas de uma casa de pedra no outeiro da Glória, e antigos platôs artificiais de produção de carvão vegetal, utilizados entre os séculos XVIII e XIX. Os restos da “casa do homem branco”, também fincada como pedra fundacional, após serem devolvidos ao corpo da Terra, se levantam como alicerces metamórficos de uma antiga moradia de carvoeiros.



**Figura 27:** Alicerce de antiga moradia (entre os sécs. XVIII e XIX) no Maciço da Pedra Branca. Fonte: OLIVEIRA, 2022, p. 57

[...] temos aí um ponto também muito importante nesse processo natural de sucessão florestal: a grande tendência que existe de a floresta ocultar os vestígios do passado. Além do sedimento (solo) que cobre os poucos macrovestígios da cultura material, aterrando-os, há também o estabelecimento da vegetação secundária sobre estes vestígios, o que os torna ainda mais invisíveis. Ou seja, a vegetação que recobre as áreas usadas por essas populações tradicionais representa um papel duplo: por um lado retoma a biodiversidade e, com ela, a provisão de serviços ambientais (recarga de aquíferos, attenuação do clima, controle da erosão, etc.). Nesse sentido, é importante destacar que uma extensão muito considerável das florestas remanescentes do Rio de Janeiro encontra-se justamente em áreas utilizadas intensamente no passado, ou seja, nos paleoterritórios.

(OLIVEIRA, 2022, p. 60)

Se uma *arquitetura pétreia* edificada no Rio de Janeiro está diretamente ligada às suas pedreiras, ambas estão conectadas a incontáveis plataformas artificiais de fabricação de carvão vegetal, escondidas sob a vegetação que recobre o Maciço da Pedra Branca, conforme demonstrou o geógrafo Rogério Ribeiro de Oliveira. No século XIX, a produção de carvão, impulsionada pela necessidade de energia, disponibilidade de recurso natural e contingente humano, abastecia diversas atividades urbanas, e, dentre elas, destacava-se a construção civil, mais precisamente o ofício da cantaria<sup>99</sup>. Isso se deve ao fato de que, em todo processo que tem a rocha como matéria-prima, é necessário afiar inúmeras vezes os instrumentos utilizados - ponteiros, talhadeiras ou cinzéis. Tais ferramentas não podiam ser afiadas a esmeril para não perderem o fio, portanto, deveriam ser levadas à forja e trabalhadas na bigorna. Essas forjas, alimentadas a carvão, se multiplicavam constantemente para suprir a necessidade de urbanização.<sup>100</sup>

A pesquisa feita na floresta do Maciço da Pedra Branca evidenciou a existência de centenas de platôs de antigas carvoarias, além de dezenas de ruínas de moradias (alicerce de pedra), provavelmente de carvoeiros. Essa pesquisa ainda em prosseguimento, revelou um total de 1.175 antigas carvoarias e vestígios de 104 antigas moradias, encontradas onde hoje existe uma floresta densa. As ruínas (alicerce em alvenaria de pedras) geralmente apresentam tamanho reduzido (em torno de 25 m<sup>2</sup>) e se localizavam fora dos eixos das drenagens (riachos), o que favorecia as condições de habitabilidade e segurança.

(OLIVEIRA, 2022, p. 57)

Simbolicamente, os resíduos dessa atividade podem fazer mais do que alimentar forjas. Para além da extração, do transporte e da queima de madeira, esse árduo trabalho também possibilitou que pequenos agricultores, quilombolas ou ex-escravos, privados de um maior acesso a terras e seus meios de produção, encontrassem um sustento relativamente independente. Essa é apenas uma das aparentes contradições de um fluxo material, dentre os muitos que se entrelaçam em uma *arquitetura pétreia*. Evidenciar cada um deles é provocar uma narrativa hegemônica e fundacional pavimentada pela pedra no Rio de Janeiro. Por exemplo, o que espaços comunitários, criados de maneira autônoma por populações em situação de resistência social e cultural no contexto do Brasil colônia, teriam a oferecer para um campo em crise? Existe uma potência ecopolítica-poética nesse

---

<sup>99</sup> Ver tabela de setores que consumiam carvão vegetal no Rio de Janeiro nos séculos XIX e início XX, em: RIBEIRO DE OLIVEIRA; FRAGA, 2016, p. 40

<sup>100</sup> Ibidem, p. 37-40

fluxo específico. A leste, o Maciço da Tijuca e a serra da Carioca, suas inúmeras pedreiras e cantarias históricas, hoje abandonadas e simbolicamente esquecidas. A oeste, o Maciço da Pedra Branca e a serra de Guaratiba, com os resíduos de antigas carvoarias e alicerces de arquiteturas demolidas pelo tempo, artefatos de relações transformadoras que hoje convivem com a moderna produção de brita na região.



**Figura 28:** Carvoaria feita em área plana. Percy Lau, 1966. Fonte: RIBEIRO DE OLIVEIRA; FRAGA, 2016

De maneira análoga, podemos dizer que afiar as desgastadas ferramentas projetuais, ao menos no Rio de Janeiro, seja imaginar metamorfismos possíveis a partir de um vasto patrimônio pétreo, que, além de combater uma herança nativa, forneceu os sedimentos que se compactaram em uma muralha interminável, separando qualquer coisa que possa contaminar as considerações sobre si mesmo, relativas a pessoas, animais, plantas, micróbios ou minerais.

Em um único *ambiente material*, o interno e o externo — como princípios básicos — deixam de fazer sentido, seus fragmentos demolidos e deixados às intempéries do

tempo, sofrem erosão, são sedimentados e novamente compactados. Já no interior da Terra, sob altas temperaturas e pressão, reorganizam suas estruturas. Nesse tempo profundo, vislumbramos um *levante metamórfico* de narrativas contra hegemônicas, politicamente animistas e poeticamente ramificadas. Um soerguimento impulsionado pela depressão de “escalabilidades” industriais, simbolicamente representada pelo gesto de inserir uma *arquitetura pétreia* dentro da terra, ou melhor, de fazer caber a terra em seu interior. Com isso, quero dizer que a Arquitetura pode contribuir na cartografia de perspectivas que escapem ao conhecimento formal e científico, que provoquem o domínio de saberes técnicos e representativos, mas que, sobretudo, se tornem incompatíveis ao fetiche de uma materialidade alienada.

Quais são as histórias daqueles que foram despejados como escória de um processo que transforma fragmentos extraídos da *Natureza* em coisas como a arquitetura? Precisamos, urgentemente, das histórias que foram marginalizadas, que se encontram de “fora” de um espaço moderno-colonial, do outro lado das espessas alvenarias que protegem uma *Humanidade* homogênea. Se a erosão colonial de elementos paisagísticos transformadores significou o controle e a alienação do trabalho humano e do processo de produção na natureza, aprender com os que ainda resistem pode, dentre outras coisas, indicar novos caminhos projetuais. Fato é que, ao sentirmos a necessidade de afiar nossas ferramentas, é sempre necessário lembrar que a escolha de prospectar um passado a ser preservado — em detrimento de outros — é aquilo que possibilitou a construção de muros de pedras “tão bem entrosados que parecem antigos”<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> COSTA, 2018, p. 412

## 5

### Considerações finais



**Figura 29:** Tectônica 7 (detalhe). Cadu, 2022. Fonte: <https://galeriavermelho.com.br/exposicoes/bando-hic-sunt-leones/>

Não esperem que as conclusões apontadas por esta pesquisa tentem, de alguma maneira, amalgamar, em uma forma rígida e coesa, os fragmentos aqui apresentados. Seus aspectos lacunares são tão importantes quanto a sua solidez. Ao mesmo tempo em que marcas extrativistas assombram um futuro sustentável, suas lacunas são reminiscências capazes de tensionar, modificar a temperatura e a pressão de um ambiente material e, na melhor das hipóteses, tornam-se fragmentos metamórficos de mundos que escapam à lógica dominante: prospectar, extraír, triturar, comercializar e construir, até que, eventualmente, seja demolido.

Resumidamente, este trabalho buscou sedimentar alguns resíduos encontrados ao redor das ruínas alegóricas que remetem à primeira casa de pedra na Guanabara. Contudo, os caminhos que se ramificam através dos platôs de suas demolições narrativas, continuam nos levando, invariavelmente, a uma igreja cravada no coração do Rio de Janeiro. A interminável tarefa de reorganizar os fragmentos dessa *arquitetura pétreia* é mais do que a tentativa de curar as chagas abertas por anomalias extrativistas; antes de tudo, é conceber outras histórias de uma mesma cidade.

A construção desta pesquisa é como a de um arco pleno — simbólico e material — que se apoia em um tipo de andaime ou armação de madeira, somente retirado após a colocação de uma aduela central. Nessa “pedra-chave”, está talhada a igreja do Outeiro da Glória, sendo a antiga ermida de taipa sua escora temporária. Seus apoios, formados por fragmentos cuidadosamente angulados, distribuem as tensões e se equilibram sobre alicerces profundamente enterrados. Nesse caso, proponho que essas fundações também sejam pontos de retorno a um arquivo de imagens em movimento, um estado de relações potencialmente metamórficas, cujos processos transformadores estão atrelados a movimentos capazes de solidificar resistências diante de uma razão arrogante, metonímica e proléptica; de erodir um fetiche alienante; de fundir contradições; e de sedimentar resíduos arquitetônicos, históricos e geográficos. Assim, as pedras extraídas, construídas e demolidas — seja pela humanidade, seja pelo tempo — “retornam” ao seu ciclo litológico e se levantam como histórias capazes de evocar o futuro no presente.

Ao cartografar as dobras desses fragmentos como uma sequência de planos de falhas desenvolvimentistas, não pretendo divulgar a imagem de um pequeno arco antropogênico ligado a uma complexa dinâmica da Terra. Pelo contrário, registro os caminhos que se entrelaçam em um único ambiente material, onde o tensionamento das bifurcações proporcionadas pelos ciclos geológicos e mineralógicos que atravessam as

*arquiteturas pétreas* sugere que esses edifícios estão em constante movimento. A matéria que os compõe é viva e reverbera as mais diversas narrativas locais, que, por mais difundidas que sejam, não são únicas.

À primeira vista, as pedras utilizadas no Outeiro da Glória representam um dos legados barrocos mais notáveis do período colonial. Em seu avesso, amalgamadas às marcas de uma tectônica geológica, estão imagens lacunares que se movimentam entre o lastro de uma embarcação colonial (calcários e mármores portugueses), o trabalho escravizado nas pedreiras abertas nas zonas central e sul do Rio de Janeiro (granitos e gnaisses) e a resistência quilombola no Maciço da Pedra Branca (instrumentos de cantaria).

A dificuldade de debater as implicações extrativistas em um contexto de forte crise social e econômica não deve impedir a revisão profunda de nossos imaginários e projetos. Se o entusiasmo com as descobertas tecnológicas dos séculos XIX e XX dificultou uma maior propagação de práticas curativas — e muito menos preventivas — por parte da arquitetura, o aparecimento dos problemas ambientais atrelados a uma suposta nova época geológica nos apresenta os limites de uma teoria e uma prática que apostam exclusivamente no gigantismo de operações industriais. Imaginar outros caminhos para o chamado “desenvolvimento tecnológico”, ao menos para o campo da arquitetura, é um exercício que requer o abandono do medo diante da dimensão simbólica de suas cadeias extrativistas e, principalmente, a reativação de relações metamórficas com os materiais que historicamente manipula. Este trabalho, por sua vez, é um caminhar mais atento às marcas inversamente proporcionais, fragmentos sólidos e lacunares de uma *cidade-pedreira*.

## Bibliografia e filmografia

- ABREU, M. DE A. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010.
- AB'SÁBER, A. N. A cidade do Salvador. **Boletim Paulista De Geografia**, v. 11, p. 61–78, 1952.
- ALBERTI, L. B. **Da arte de construir: Tratado de Arquitetura e Urbanismo**. [s.l.] Hedra, 2012.
- ALENCAR, J. DE. **O Ermitão da Glória**. Rio de Janeiro: Obliq, 2014.
- ALMEIDA, S. Pedreiras, pedreiros, cavouqueiros: personagens esquecidos da História do Rio de Janeiro. 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. **Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História e Ciência**. Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2016.
- ALMEIDA, S.; PORTO JUNIOR, R. Cantarias e pedreiras históricas do Rio de Janeiro: instrumentos potenciais de divulgação das Ciências Geológicas. **TERRAE DIDATICA**, v. 8, n. 1, p. 3–23, 2012.
- ALVIM, A. **Linguagem colonial**. Disponível em: <<https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/sinos.html>>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- ARÁOZ, H. Potosí y los orígenes del extractivismo. **Voces en el Fénix**, n. 60, p. 36–43, abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. “América”: mina e plantação. Uma perspectiva decolonial sobre as origens do “antropoceno”. **GEOgraphia**, v. 25, n. 55, 2023.
- \_\_\_\_\_. **Mineração, genealogia do desastre: o extractivismo na América como origem da modernidade**. São Paulo: Elefante, 2020.
- ARGAN, G. C. História da arte como história da cidade. Em: **História da arte como história da cidade**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 95–103.
- BARBOSA CALDEIRA, A. O patrimônio cultural e as calçadas de pedra portuguesa. Em: MONTERROSO TEIXEIRA, J. et al. (Eds.). **Tapetes de pedra**. Rio de Janeiro: 19 Design e Editora Ltda, 2010.
- CASTRO, N.; MANSUR, K.; FRASCÁ, M. **Stones of Rio de Janeiro in its Built Heritage**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/355317229>>.
- CAVALCANTE, N. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- COSTA, L. Rampas da Glória. Em: COSTA, M. E. (Ed.). **Registro de uma vivência**. São Paulo: Editora 34 / Edições Sesc São Paulo, 2018. v. 1, p. 411–413.

- CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The “Anthropocene”. **Global Change Newsletters**, n. 41, p. 17–18, 2000.
- DIDI-HUBERMAN, G. Através dos desejos (fragmentos sobre o que nos subleva). Em: **Levantes**. São Paulo: Sesc-SP, 2017. p. 289–385.
- FERNANDES, J. M. A “calçada em movimento” na diáspora portuguesa - Macaronésia, África, Oriente. Em: **Tapetes de pedra**. Rio de Janeiro: 19 Design e Editora Ltda, 2010. p. 157–170.
- FREITAS DA SILVA, R. **O Rio antes do Rio**. 4. ed. Belo Horizonte: Relicário, 2019.
- GONÇALVES DE MAGALHÃES, D. J. **Biografia do Padre-Mestre Frei Francisco de Monte-Alverne**. [s.l.: s.n.].
- GRIMA, J. Design without depletion: on the need for a new paradigm in architecture. Em: SPACE CAVIAR (Ed.). **Non-Extractive Architecture: on designing without depletion**. [s.l.] V-A-C e Sternberg Press, 2021. v. v. 1p. 8–22.
- HIRSZMAN, L. **Pedreira de São Diogo**. Rio de Janeiro: Centro Popular de Cultura, 1962.
- HUE, S. **Primeiras cartas do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- LARA, F. L. American mirror: The occupation of the ‘new world’ and the rise of architecture as we know it. **Plan Journal**, v. 5, n. 1, p. 71–88, 2020.
- LATOUR, B. **Critical Zones: The Science and Politics of Landing on Earth**. Cambridge: MIT Press, 2020.
- LECAIN, T. **The Matter of History: How Things Create the Past**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- LEITE, S. **Novas cartas Jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1940.
- LOSE, A. D.; MAZZONI, V. S. DE S. **Manuscritos da construção da Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia e de outras Irmandades religiosas da Bahia**. Salvador: Memória & Arte: EDUFBA, 2018.
- LYNCH, M. **Mining in World History**. Londres: Reaktion Books, 2002.
- MANSUR, K. et al. O Gnaisse Facoidal: a mais Carioca das Rochas. **Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ**, v.31, n.2, p. 9–22, 2008.
- \_\_\_\_\_. et al. Cidade Maravilhosa: Passado e presente contados nas rochas do patrimônio histórico. Em: DEL LAMA, E. A. (Ed.). **Patrimônio em pedra**. São Paulo: 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2021. p. 279–294.

- \_\_\_\_\_. et al. **As Rochas nos Contam: Monumentos Pétreos do Rio de Janeiro desde o Brasil Colônia ao Modernismo.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wID3CbFwIgs>>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- MOORE, J. O surgimento da Natureza Barata. Em: MOORE, J. (Ed.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo.** São Paulo: Elefante, 2022. p. 129–186.
- O'GORMAN, E. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir.** São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.
- OLIVEIRA, R. R. O chão que esconde histórias: as florestas da cidade do Rio de Janeiro. Em: NOBRE, A. L.; CALAFATE, C. (Eds.). **Sentidos do chão.** Rio de Janeiro: Rio books, 2022. p. 51–60.
- OLIVEIRA VIANA, A. Em busca da casa perdida: a cabana primitiva segundo Laugier e Semper. **arq.Urb**, v. 28, p. 10–25, 2020.
- PÁDUA, J. A. Brazil in the history of the Anthropocene. Em: **Brazil in the Anthropocene.** Abingdon: Routledge, 2017.
- PARREÑO ALONSO, C. Deep-Time Architecture: Building as Material-Event. **Journal of Architectural Education**, v. 75, n. 1, p. 142–144, 2021.
- PEIXOTO, A. **A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro.** Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Artístico Nacional, 1943. v. 10
- RECHUEM, C. Cidade-Pedreira: a manipulação da matéria na urbanização do Rio de Janeiro. **Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade**, v. 14, p. 41–54, 2023.
- RIBEIRO DE OLIVEIRA, R.; FRAGA, J. Fluxos de energia, matéria e trabalho na construção da paisagem do Rio de Janeiro do século XIX. Em: FRANCO, J. L. DE A. et al. (Eds.). **História ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 35–54.
- ROCHA-PEIXOTO, G.; CASTELLOTTI, F. Um Caminho para a Glória. Lucio Costa: a construção do passado e mais um Milagre. **O moderno já passado, o passado no moderno: reciclagem, requalificação, rearquitetura - VII seminário Docomomo Brasil**, 2007.
- SILVA TELLES, A. C. DA. **Nossa Senhora da Glória do Outeiro.** Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1969.
- SIMAS, L. A. **O corpo encantado das ruas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- STENGERS, I. Reativar o animismo. **Chão de feira, caderno de leituras, n. 62**, 2017.
- ŠVANKMAJER, J. **Lunacy.** República Tcheca: Athanor, 2005.
- SUZUKI, M. As rampas do Outeiro da Glória. **ARQTEXTO**, v. 15, p. 2–14, 2011.
- TSING, A. Sobre a não escalabilidade: o mundo vivo não é submisso a escalas de precisão aninhadas. Em: MOTA CARDOSO, T.; VICTORINO DEVOS, R. (Eds.). **Viver nas**

**ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno.** Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. p. 175–200.

WIGLEY, M. Returning the gift: running architecture in reverse. Em: SPACE CAVIAR (Ed.). **Non-Extractive Architecture: on designing without depletion.** [s.l.] V-A-C e Sternberg Press, 2021. p. 41–58.